Ano 2022

DESCOMPLICANDO

a economia do setor público

Cícero Pereira Leal
José Antônio Rodrigues do Nascimento
Kleydson Jurandir Gonçalves Feio
Rogério Galvão de Carvalho

Ano 2022

DESCOMPLICANDO

a economia do setor público

Cícero Pereira Leal
José Antônio Rodrigues do Nascimento
Kleydson Jurandir Gonçalves Feio
Rogério Galvão de Carvalho

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

2022 *by* Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do texto © 2022 Os autores
Copyright da edição © 2022 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Descomplicando a economia do setor público

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Cícero Pereira Leal
José Antônio Rodrigues do Nascimento
Kleydson Jurandir Gonçalves Feio
Rogério Galvão de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D448 Descomplicando a economia do setor público / Cícero Pereira Leal, José Antônio Rodrigues do Nascimento, Kleydson Jurandir Gonçalves Feio, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outro autor
Rogério Galvão de Carvalho

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0096-7
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.967220905

1. Economia. 2. Setor público. I. Leal, Cícero Pereira. II. Nascimento, José Antônio Rodrigues do. III. Feio, Kleydson Jurandir Gonçalves. IV. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

INTRODUÇÃO

No mundo moderno o governo tem como principal contribuição a produção de bens e serviços que promova o bem-estar da coletividade, tais como: justiça, segurança, educação, saúde etc. A participação do setor público na economia busca atingir o equilíbrio econômico, trazendo para si a responsabilidade de corrigir as falhas de mercado e a equidade na distribuição dos bens e serviços produzidos pelo o Estado.

O Livro abordará o tema em quatro capítulos.

O primeira procura evidenciar os principais motivos da intervenção do governo no sistema econômico, promovida, através das intervenções nos diversos seguimentos da economia ao longo do tempo. No segundo, buscar-se entender algumas teorias contempladas pela economia com relação aos gastos públicos: a não divisibilidade de determinado bens e serviços, as externalidades, os custos decrescentes, os mercados imperfeitos, e as incertezas e os riscos na oferta e demanda de certos produtos.

Com efeito, a eficácia e a eficiência das arrecadações, efetivada pela tributação e dos gastos públicos, como ferramentas disponíveis, para que o governo alcance seus objetivos principais. Dessa forma, avaliar os principais componentes desses dois instrumentos (eficácia e eficiência) de política fiscal do governo, bem como seus desempenhos, serão abordados no terceiro capítulo.

O quarto e última capitulo exibe um conjunto de indicadores, cuja finalidade é avaliar uma série de elementos que possibilitem uma estimativa mais detalhada acerca da situação financeira dos cofres públicos e de suas perspectivas ao longo do tempo, e, além disso, avaliar os choques causados no nível de renda da economia quando o governo muda os níveis de gastos e tributação.

SUMÁRIO

INTERVENÇÃO DO GOVERNO NA ECONOMIA

INTRODUÇÃO

O debate sobre a inserção do Estado na economia sucinta algumas questões, tais como: a intervenção do governo na economia é recente? Por que o governo existe? Quais são os objetivos que a intervenção estatal procura revolver? Por que os governos agem ativamente na economia? Por que o mercado não oferece todos os bens e serviços necessários para a sociedade sem a intervenção pública? Quais as principais funções do governo na economia? Quais bens e serviços devem ser gerados pelo o setor público (RIANI, 2011)? Essa e outros questionamentos serão abordados em nosso debate sobre a economia do setor público, mas antes de tudo conheceremos um pouco sobre fatos da história econômica.

ANTECENDENTES HITÓRICOS

Nos períodos mais remotos da história da humanidade o governo já interferia na economia. Assim, mesmo muito antes do século XXI, o debate sobre a interferência do governo na economia já acontecia. Por volta de 1776, no livro Riqueza das Nações, de Adam Smith, assegura que o governo não deveria influenciar nas decisões de mercado, haja vista que as próprias forças da oferta e da demanda poderiam solucionar os seus conflitos de interesse. Dessarte, esta força invisível chamada de a "mão invisível" age como um "deus" e os agentes econômicos ao buscarem os seus próprios interesses levariam ao equilíbrio de mercado. Ou seja, o interesse egoísta individual promoveria o interesse coletivo de forma mais efetiva do que se fosse realizado intentando fazê-lo. Dessa forma, para Smith, o governo não era necessário na economia, seja como impulsionador ou mesmo operador das ferramentas econômicas. Nesse sentido, o governo só atrapalhava as forças de funcionamento não permitindo o regime do *laissez-faire*[1] (SMITH,1996).

Para Smith (1996) apesar de o Estado fomentar a ideia de liberdade de mercado, Smith defendia que ele deveria atuar em circunstâncias bem específicas como nas situações que ocorriam violações das leis e justiças e quando os indivíduos queiram defender os seus próprios interesses a qualquer custo. Desse modo, o mercado não estaria mais sozinho e o poder público agiria apenas pró ativamente para garantir os direitos da lei e da justiça, corrigindo o comportamento de todos os agentes econômicos, inclusive o do Estado. Nessa mesma linha, Smith promovia que o setor público deveria criar incentivos econômicos e taxar os produtos externos, como forma de proteger as empresas do país e enumerou um

---

1 Representa um princípio defendido pelos economistas mais liberais e que defende que o Estado deve interferir o menos possível na atividade econômica e deixar que os mecanismos de mercado funcionem livremente. Na opinião dos economistas clássicos, entre os quais Adam Smith, o papel do Estado na economia devia limitar-se à manutenção da lei e da ordem, à defesa nacional e à oferta de determinados bens públicos que o setor privado não estaria interessado (tais como a saúde pública, o saneamento básico, a educação, as infra-estruturas de transporte, etc).

conjunto de funções que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado: defesa nacional, justiça, serviços públicos e manutenção da soberania.

Corroborando com a linha de pensamento de Adam Smith, David Ricardo, que fez fortunas com investimentos na bolsa de valores, acreditava que o mercado deveria caminhar livremente para chegar ao equilíbrio (RICARDO, 1971 *apud* RIANE, 2011). Defendia que as liberdades de ações individuais levariam a maximização do bem-estar da sociedade. Ao analisar os componentes da renda nacional, David Ricardo concluiu que salários não deveriam ser regulados pelo governo (BRUE, 2006).

Analogamente a "mão invisível" de Smith, David Ricardo acreditava que haveria um processo de auto-regulamentação do mercado sem a necessidade de intervenção do Estado. Desta maneira, quando o governo realizava despesas, isso não teria nenhum resultado no desenvolvimento econômico; pelo contrário, seria um entrave ao mecanismo natural de acumulação de capital. Toda vez que parte do capital era retirado da economia, via tributos ou qualquer outro mecanismo, ocorreria uma diminuição dos investimentos privados afetando negativamente a produção econômica. Por isso, a não interferência governamental era defendida por Ricardo, para que o mercado tivesse uma taxa de lucros que proporcionasse um acumulo natural do capital (BRUE, 2006; HUNT, 1987).

Conhecido como um dos maiores economistas pelas suas contribuições na análise dos conceitos de utilidade marginal, Leon Walras[2] era contrário à participação do governo na economia, seja na forma de intervenção ou regulamentação aos investimentos privados. Portanto, a livre concorrência levaria ao ponto de equilíbrios da economia. Ele se dedicou ao estudou da natureza, das causas e das consequências da livre concorrência, no qual concluiu que, de certa forma, as consequências dizem respeito aos agentes econômicos obterem o máximo de utilidade (satisfação). Assim a livre concorrência se traduz em um princípio de vantagem econômica percebida em áreas como a agricultura, a indústria e o comércio, isto posto a livre concorrência é a materialização das decisões da liberdade humana, que não pode ser mensurada. Os modelos matemáticos utilizados em suas teorias assumem a hipótese de livre concorrência absoluta, apesar de ser uma abstração matemática não observável na realidade. Ou seja, passou a considerar a intervenção do Estado onde a livre concorrência não se apresentava. O governo atuaria na função de organizar e defender a livre concorrência do mercado, mantendo o seu equilíbrio. Assim, as três classes fundamentais (proprietários de terra, trabalhadores e capitalistas) trabalhariam para encontrar a oferta e demanda por bens e serviços, maximizando a utilidade de trocas e de produção (WALRAS, 2014).

Utilizando a matemática aplicada como meio de investigação e análise de fenômenos econômicos, Alfred Marshall entendia que a eficiência na produção resultaria

---

2 Saiba mais sobre Walras: (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402002000100005&script=sci_arttext) . Acesso: 28/09/2021.

em uma concentração de atividade, desenvolvendo com isso mercados como o monopólio e oligopólio, gerando desequilíbrio aos ofertantes e demandantes. Os grandes projetos governamentais não são tão eficientes quanto os projetos privados, haja vista que as empresas privadas correm mais risco que as empresas do governo. Além disso o empreendedor privado corre mais risco e paga mais impostos, haja vista que nem os impostos pela utilização do terreno (infraestrutura) as empresas do governo precisavam pagar. Em seus Princípios de Economia Marshall apresenta a capacidade de gestão governamental para grande projeto como uma cidade-guarnição, na qual poderia dispor dos equipamentos e provisões necessárias fornecidas pelo Estado. Ou seja, existem projeto específicos como atividades na área de defesa no qual é necessário a presença do Estado. Dessa forma, era interessante e até mesmo conveniente a ação do governo para restaurar as falhas de mercado, proporcionando o livre funcionamento das atividades comerciais (MARSHALL, 1997).

Considerado como um dos maiores economistas do século 20, John Maynard Keynes defendia o pensamento de que a economia agindo livremente seria vítima de suas próprias crises, necessitando de ações do governo para estabilizar os conflitos econômicos. As ideias de Keynes são disruptivas no que tange ao pensamento econômicos ortodoxo (economistas que até então representavam o sistema econômico do livre mercado basicamente em modelos matemáticos) na medida que compreende a negociação da taxa do salário nominal entre trabalhadores assalariados e empresários que não ocorre baseado na livre força da oferta e demanda. Este rompimento pode ser observado também com situações como a falta de insumos para a produção de vários bens da economia como o petróleo, isso faz com que os agentes econômicos antecipem os seus comportamentos tendo em vista que isso poderá afetar vários bens em diversas cadeias produtivas. Na medida que as expectativas dos agentes econômicos são afetadas no que tange a produção de bens e serviço, o sistema econômico pode não seguir assim a lei de Say que dizia que a oferta cria a sua própria demanda. Pois isso é algo que pode afetar a eficiência marginal do capital, ou seja, a variação negativa na produtividade do capital pode reduzir a demanda por bens e serviços. Conclui-se que os demandantes formam expectativas em relação a eventos futuros e isso pode retrair a demanda, e é neste momento que o Estado pode atuar por meio de gastos ou aumentando o déficit público ao fomentar investimentos produtivos para revitalizar o sistema econômico (KEYNES, 1996).

De acordo do Keynes (1996) os indivíduos, ao buscarem os seus interesses individuais, não conseguiriam atender o desejo da coletividade. Portando, o Estado deveria exercer funções e ações que contemplassem o controle da moeda, taxa de juros, investimento, crédito, distribuição da renda, desemprego e eficiência na produção. Para Keynes, o controle da moeda e dos juros não seria suficiente para alcançar a estabilização e o pleno emprego, cabendo a Estado elevar os investimentos, aumentar gastos em obras

públicas, onde o setor privado não apresentasse interesse em investir. Dessa forma, o governo deveria aplicar os recursos públicos em bens e serviços que contemplassem os interesses da coletividade, promovendo com isso, a socialização dos investimentos e aumentando o bem-estar da sociedade.

Independentemente de qualquer corrente de pensamento, podemos verificar uma maior manifestação do Estado na economia a partir de 1930. Nesse período houve a quebra da bolsa que levou a uma crise sem precedente, pessoas que investiram em ações ficaram pobres da noite para o dia. O crescente nível de desemprego, o fechamento de fábricas e a não ação do governo fizeram com que fossem revistos os conceitos referentes à intervenção governamental na economia.

SITUAÇÃO ÓTIMA – EQUILÍBRIO GERAL

Seria adequado, se todas as necessidades de bens e serviços pudessem ser contempladas pelo o mercado de livre concorrência, ou seja, sem a intervenção do governo. Caso isso fosse possível, teríamos uma situação na qual todos os bens e serviços seriam alocados perfeitamente, obtendo uma situação ótima no mercado, onde todos poderiam ter suas necessidades e desejos satisfeitos. Mas, sabemos que os recursos são limitados e as demanda ilimitadas e o equilíbrio geral fica comprometido.

A teoria do equilíbrio geral foi desenvolvida por Walras, no século XIX, baseado no conceito marginalista e de utilidade. E para que isso ocorresse, Vilfredo Pareto estabeleceu alguns pressupostos da concorrência perfeita. São elas: muitos compradores e vendedores; simetria de informações por parte de todos; mobilidade dos recursos produtivos; maximização do lucro por parte das empresas e maximização da utilidade por parte dos consumidores; bens divisíveis e a não existência de externalidades (WALRAS, 2014).

Com a determinação dos pressupostos acima, podemos então, desenvolver o modelo de equilíbrio geral justificando a intervenção do Estado na economia, a fim de promover o bem-estar da sociedade.

Eficiência no consumo

A teoria microeconômica[3] nos fornece ferramentas para uma análise de como obter o equilíbrio geral. Mas para que isso ocorra o conceito de eficiência no consumo é determinante. Quando desenvolvemos a ideia de equilíbrio geral analisamos os mercados de demanda e oferta. Do lado da demanda temos os consumidores que procuram

3 A microeconomia estuda as escolhas dos agentes econômicos, comparando os benefícios e custos para a obtenção de bens e serviços que gerem bem-estar.

maximizar a utilidade[4] dos bens e serviços oferecidos pelas as empresas. Quando isso acontece dizemos que o consumidor ágil eficientemente na escolha de bens e serviços para o consumo, promovendo o bem-estar social.

Eficiência na produção

Para analisarmos a eficiência[5] na produção observamos que as empresas procuram aperfeiçoar a utilização dos insumos (terra, capital e mão-de-obra) para obter o máximo na produção. Portanto, quando as empresas trabalham minimizando custos e maximizando o lucro dizemos que existe a eficiência na produção. Com a otimização[6] da capacidade produtiva o empresário poderá manter os investimentos necessários para sustentar a produção em uma situação ótima desejada pelo mercado consumidor promovendo o equilíbrio geral da demanda e oferta.

Eficiência na produção e no consumo

Como foi visto anteriormente os agentes econômicos (consumidores e produtores) procuram maximizar a utilidade e maximizar o lucro de bens e serviços, respectivamente. Satisfeitas as condições anteriormente mencionadas, a alocação ótima e a do modelo de equilíbrio geral é consequência da eficiência na produção e consumo. Apesar dessa análise objetiva, não podemos deixar de esclarece que muitas críticas podem ser feitas em alguns dos seus pressupostos. Fragilizando o modelo de forma a configurar a não efetividade do equilíbrio geral, justificando a intervenção do governo na alocação dos recursos (RIANE, 2013).

FALHAS DO SISTEMA DE MERCADO E NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO DO GOVERNO

É comum as pessoas expressarem decepção com a oferta de diversos bens e serviços públicos. A insatisfação com o recebimento ou qualidade dos referidos bens e serviços públicos está relacionada com as expectativas que temos com a gestão dos líderes governamentais em qualquer esfera de governo (federal, estadual, distrital e municipal). Quando julgamos que o custo de uma determinada oferta pública é superior ao preço público do supracitado bem ou serviço público, isto nos causa questionamentos sobre a adequação do uso dos recursos públicos. Mesmo sem entender a lógica da necessidade do governo, a maior parte das pessoas se concentra em simplesmente aceitar que ele está presente em nossas vidas em vários aspectos como: educação, saúde, segurança e muitas outras áreas, e quando estas áreas não funcionam adequadamente o estado regula:

---

4 A ideia de que os consumidores, no ato de consumo, procuram obter o maior nível de satisfação. Em outras palavras, os consumidores procuram maximizar a sua utilidade total, dadas as sua restrições de tempo e renda.

5 Consiste em analisar a elação entre os resultados obtidos e os recursos empregados.

6 Ação de proporcionar condições favoráveis para o melhor desenvolvimento de alguma coisa.

normatizando, controlando e fiscalizando (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).
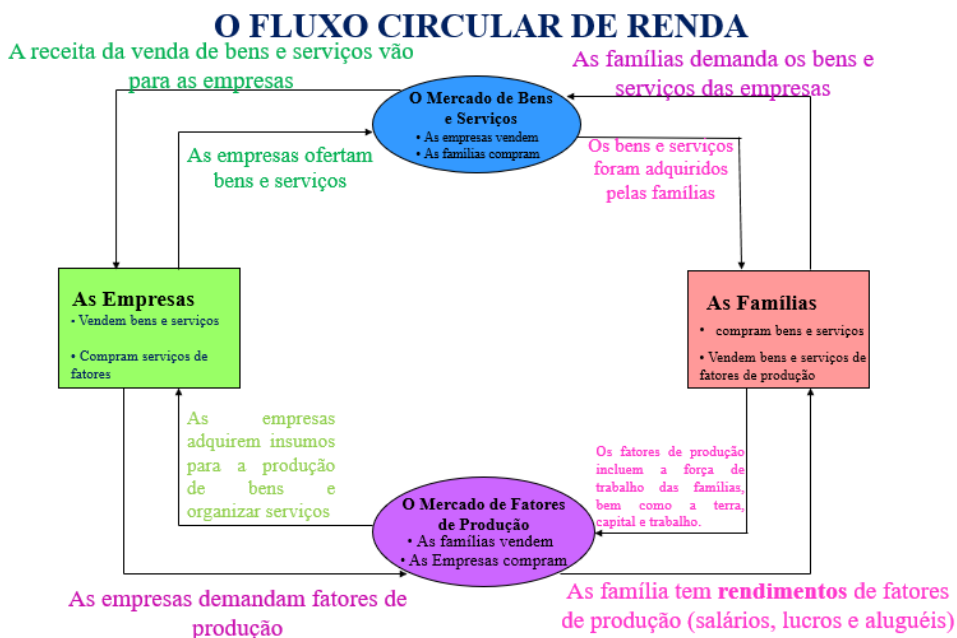
Figura 01: Fluxo circular da renda com o mercado de bens e serviços e mercado de fatores de produção

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores.

A grande questão é por que precisamos do governo? Para responder a esta pergunta é importante contextualizar o sistema econômico com a presença inicial simplificada de dois atores que representam um grande agregado de agentes econômicos: família e empresas. Neste modelo econômico simplificado (ver figura 1) as famílias demandam bens privados na economia, de consumo durável e não durável, bem como os serviços privados empresariais. As famílias são demandantes dos referidos bens e serviços e ofertantes de força de trabalho no mercado de trabalho (mercado de fatores de produção). De outra maneira as empresas demandam a força de trabalho das famílias, bem como insumos (mercado de fatores de produção) que vão compor os bens e serviços que serão ofertados no mercado de bens e serviços. Este último mercado é o lado real da economia, ou seja, aonde a produção bruta de uma economia realmente acontece (que é o PIB, produto interno bruto). O lado real da economia funciona como o corpo humano, que precisa da fluidez do sangue, e assim como o automóvel que precisa da parte líquida (gasolina, óleo e água) para funcionar adequadamente.
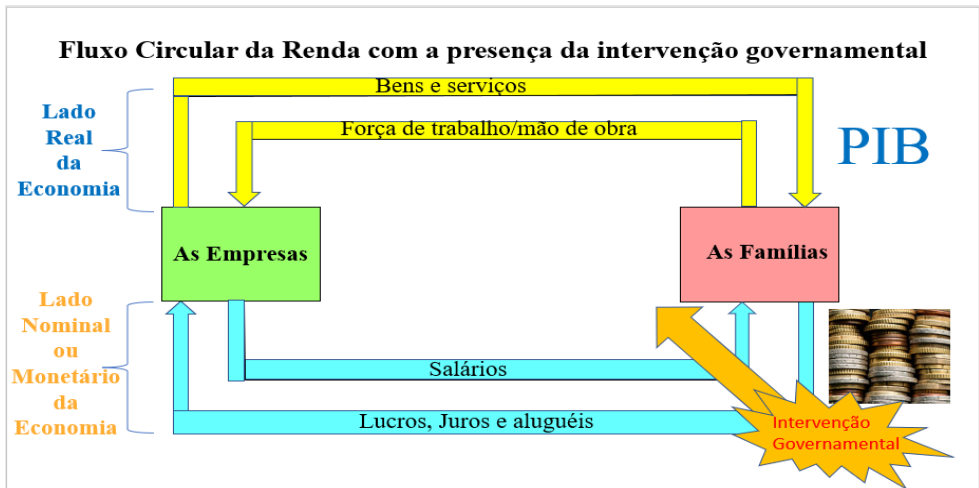
Figura 02: O Fluxo Circular da renda sem a regulação do governo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na economia a parte líquida é o lado nominal ou monetário (ver figura 2), e denota a volatilidade dos elementos líquidos com vistas a representar a produção total do sistema econômico dentro de um fluxo das atividades infinitas de compra e venda das famílias e empresas. Da mesma maneira quando o corpo humano trem mais sangue do que necessita, isso é um indicativo de uma anormalidade, ou quando um automóvel não tem gasolina suficiente para funcionar, assim também quando a economia tem oferta de moeda demais ou esta oferta é menor do que deveria, isto é um indicativo de um mal funcionamento da economia. Ou quando o problema da economia está relacionado a oferta de produtos de saúde, educação, segurança e muitos outros. Você já pensou se recebesse produtos que não funcionam? ou que sejam inadequados, ou com peças com preços muito elevados (preços muito acima do preço de equilíbrio). Esta inadequação dos produtos e dos preços às reais necessidades dos demandantes que provocam uma anormalidade na relação entre ofertantes e demandantes são chamadas de falhas de mercado. Quando as falhas na oferta de produtos ocorrem, surge a necessidade de regular o mercado, normatizando certos aspectos do fornecimento dos bens e serviços na economia. Bem como é necessário fiscalizar se os ofertantes estão entregando os produtos de forma a atender à procura. Neste momento surge a necessidade do estado e do governo otimizarem a oferta de bens e serviço da economia.

Um dos grandes dilemas relativos à oferta de bens que atendam à necessidade da sociedade relacionado a eficiência das empresas em um mercado competitivo com pouquíssima regulação: baixa normatização, e fiscalização governamental. Ou seja, que a livre atuação empresarial é a melhor maneira de maximizar utilidade (satisfação) pela

alocação ótima de recursos. Há discordâncias sobre o funcionamento do livre mercado quando é considerada a teoria do *welfare economics* (bem-estar social), de forma que a intervenção estatal se justifica pela incapacidade de produzir equidade social na distribuição dos recursos. Isto significa que a alocação de recursos não é *pareto eficiente,* ou seja, de maneira que para qualquer alocação de recursos algum agente econômico terá algum prejuízo. Haja vista que para que o *ótimo de pareto* seja alcançado é necessário que a sociedade não se desenvolva tecnologicamente e que o mercado fosse de concorrência perfeita. Com produtos homogêneos e com decisões empresariais incapazes de afetar o preço (mercado atomizado). Todavia, este modelo hipotético de mercado é apenas uma forma simplificada da realidade usada para compreender o funcionamento do sistema econômicos. De forma que existem falhas de mercado que vão de encontro às premissas supracitadas e um modelo de mercado de concorrência perfeita (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Na realidade o sistema econômico que movimenta os bens e serviços apresenta várias dificuldades que impossibilita a produção ótima do setor privado. Cabendo então ao governo atuar paralelamente ao setor produtivo, buscando a produção ótima dos bens e serviços que atendam a demanda da sociedade. Considerando as falhas de mercado (indivisibilidade do produto; externalidades; custo de produção decrescente e mercados imperfeitos; risco e incertezas na oferta dos bens) que dificulta o acesso a bens e serviços demandados pela coletividade, justificando a intervenção do Estado (RIANI, 2013).

Indivisibilidade do produto

A impossibilidade de divisão e individualização dos benefícios torna ineficaz o estabelecimento dos preços via sistema de mercado. As características principais desses bens são: não-exclusividade e não- rivalidade.

Teoricamente, não-exclusividade desse bem é apresentada pela não disponibilidade no mercado e a eles não se aplica o direto de propriedade, impossibilitando o estabelecimento de preços. Exemplo: segurança nacional (RIANI, 2013).

No caso dos bens indivisíveis, todos os agentes terão acesso aos bens e serviços, independente de sua renda. Sendo assim, a disposição de mais uma pessoa em adquirir o bem ou serviço não implica em acréscimos de custos. Portanto um aumento da população não implica necessariamente aumento dos gastos com segurança pública (RIANI, 2013).

Externalidades

As externalidades ocorrem quando a ação de um indivíduo ou de uma entidade (empresa, corporação, instituição) afetam direta ou indiretamente os agentes relacionados a um determinado sistema econômico. As Externalidades também dão conhecidas como conhecidas também como “efeito-vizinhança” ou “efeito-derramamento” (IORIO, 2013), e dependendo do impacto no sistema econômico, os agentes econômicos podem ser afetados positivamente ou negativamente (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008). Ou seja, quando os agentes

econômicos são beneficiados pelo referido impacto então a externalidade é positiva, como o investimento que o governo federal faz em educação, que possui um elevado efeito multiplicador haja vista que uma sociedade mais educada melhora as relações humanas. Uma sociedade mais educada pode ter melhores acessos a um mercado de trabalho mais qualificado e, por conseguinte elevar o nível de renda, reduzindo assim as desigualdades econômicas e sociais, além de reduzir a criminalidade. Todavia, quando um indivíduo, a sociedade, ou uma corporação são prejudicados, então a externalidade é negativa. Um exemplo de externalidade negativa foi o desastre ambiental que contaminou as praias do nordeste com manchas de óleo em outubro de 2019, prejudicando a indústria turística, pesqueira e a vida de milhares de moradores do litoral nordestino. Outra externalidade negativa foi o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), na sexta-feira 25 de janeiro de 2019, que deixou um rastro de rejeitos de minério de ferro que atingiu centenas de moradores que perderam as suas terras, propriedades, e uma parte administrativa da mineradora. Todavia o além do prejuízo em termos de vidas humanas, o impacto ambiental também foi significativo, haja vista que rios foram assoreados, ou ficaram inapropriadas para a pesca, bem como as terras ficaram inadequadas para o plantio. Assim a externalidade negativa neste caso foi muito extensa. A pandemia que iniciou em dezembro de 2019 na China e se espalhou por todo o mundo é um bom exemplo de como um problema na área da saúde pode afetar negativamente a economia reduzindo o PIB mundial, reduzindo a quantidade de empregos e mudando o mercado de trabalho e as relações humanas.

O Estado se torna intervencionista na presença de externalidades, sejam elas positivas ou negativas, e podem ocorrer da seguinte maneira:

a. participando da produção direta ou concedendo subsídios, para fomentar ***externalidades positivas*** (ou seja, ele se responsabiliza pelos investimentos);

b. Aplicando multas/impostos, com vistas à desestimular ***externalidades negativas*** e;

c. regulando, normatizando e fiscalizando.

Assim as externalidades ocorrem quando as ações de uma pessoa, grupo de indivíduos ou empresas impactam o bem-estar de outras que não tomam parte da ação. O valor social/ambiental difere do valor privado/econômico. Se valor social/ambiental for maior que o valor econômico, **há uma externalidade positiva.** Se o valor social/ambiental for menor que o valor econômico, **há uma externalidade negativas** (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008). Quando o custo social é maior que o custo privado, a diferença é denominada de *"bads"*, ou seja, trata-se dos inconvenientes sociais negativos suportados pela sociedade – PINDICK; RUBINFELD, 2002; MISHAN, 1969.

Na medida que estes “ruídos” provocam disfunções no mercado, o Estado intervém disciplinando os comportamentos do setor privado ou de qualquer agente econômico que seja o responsável pela produção de *bads*. Essa atividade pedagógica do estado ocorre por meio de ações administrativas como proibições, tributações, elaboração e aplicação de novas legislações, ou qualquer ação que faça com que o setor privado internalize o custo de forma que os prejudicados pelos efeitos dos *bads* sejam compensados. Uma das maiores dificuldades neste contexto é conhecer os custos ou perdas incorridas pelos agentes econômicos que foram prejudicados.

Na produção de bens e serviços as empresas disponibilizam os produtos que usamos no dia-a-dia para satisfazer as demandas e maximizar a utilidade. Porém, além do produto existem os resíduos que são derivados da fabricação de bens e serviços. Imagine uma empresa que fabrica papel, o resíduo derivado da produção é a dioxina que normalmente é liberado nos rios. Imagine também que ao logo desse rio existem cidades, produtores de hortaliças e pescadores. Quanto à dioxina e liberada nas águas do rio toda a população, produção e pesca será prejudicada, pois irão ocorre alterações na qualidade da água reduzindo o bem-estar, a produtividade e a pescaria (MANKIW, 2009).

Portanto, **externalidades** são ações de empresas ou pessoas que alteram o bem-estar de outras sem que as mesmas participassem das ações. Quando acontece um impacto negativo, classificamos de *externalidade negativa* e se ocorre um efeito positivo é qualificado como *externalidade positiva* (MANKIW, 2009).

Efeitos da produção sobre o consumo

Sabemos que os bens e serviços geram um bem-estar para a sociedade. Porém, existem os efeitos negativos do processo produtivo que é a poluição. Em tal situação de escolhas, enfrentamos o problema de ter mais bem-estar ou mais poluição e de outra forma, ter menos produtos e menos resíduos do processo produtivo. Esse *trade off*[7], nos leva a questionar o quanto estamos dispostos a consumir e a quantidade que desejamos poluição. Sabemos que a exposição a resíduos poluentes pode provocar doenças, queda na produção e outros efeitos que diminui o bem-estar da coletividade. Isso significa que a externalidade negativa provocada pela a poluição gera um produto que a sociedade não deseja, necessitando da intervenção do governo na busca do equilíbrio geral.

Efeitos da produção sobre a produção

Como vimos no exemplo anterior, à poluição provocada pela produção de bens e serviços, gera resíduos não desejados pela a sociedade. Uma das formas de corrigir essa

7 São as escolhas que os agentes econômicos devem fazer normalmente, ocorre quando se abre mão de algum bem ou serviço para se obter outro bem ou serviço.

externalidade negativa seria cobrança de imposto pela quantidade de poluição. E quem iria fazer isso? Quando o mercado apresenta falhas na condução do equilíbrio geral o Estado deve atuar para determinar o nível ótimo social da produção e avaliar os custos marginais e benefícios marginais de equilíbrio geral.

Efeitos externos do consumo

Considerando que os bens e serviços são limitados e as demandas ilimitadas, pois não temos tudo o que queremos consumir. As externalidades no consumo são geradas no desequilíbrio da demanda e oferta que é consequência da distribuição de renda. Dessa forma, alguns que tem uma renda maior podem adquirir mais bens e serviços do que outro individuo que recebe um salário menor. Com a ocorrência de desequilíbrio, o governo deve interferir para ajustar o equilíbrio entre os demandantes de forma equânime.

Os Monopólios Naturais

Os monopólios naturais surgem na medida que o setor privado necessita de vultosas quantidades de investimentos para estabelecer os seus projetos de produzir bens e serviços. Os altos custos fixos totais de produção tentem a ser minimizados conforme a produção aumenta. Destarte um único ofertante produz a um custo menor, do que se estivesse em um ambiente de concorrência como várias empresas competindo. Do contrário a presença de mais de um produto de bens ou serviços no mercado fará com que os preços sejam mais elevados – PINDICK, RUBINFELD, 2002; e MISHAN, 1969.

Geralmente há consenso entre os economistas de que a concorrência perfeita é benéfica para os consumidores por estimular a competição entre as empresas que produzem produtos homogêneos. Todavia, no caso do monopólio há dissenso, haja vista que a competição em um determinado setor de fornecimento de energia elétrica requer grandes quantidades de cabeamentos subterrâneos. Enquanto isso, na superfície é necessária uma grande infraestrutura de cabeamentos em postes de iluminação em vias públicas. O fornecimento de água requer também uma infraestrutura subterrânea e na superfície muito grande, além da infraestrutura de tratamento de água e esgoto. Os exemplos destes setores refletem a situação de as empresas optarem por competir duplicando, triplicando quadruplicando, e assim sucessivamente, a infraestrutura que exige uma grande quantidade de capital investido terão problemas no que tange a ofertar um produto com a menor taxa de lucro possível. Ao contrário, se apenas uma empresa fornecer o serviço será possível gerar economia de escala - tendência a redução do custo de produção – PINDICK; RUBINFELD, 2002; e IORIO, 2013.

Considerações finais

Com base no que apresentamos anteriormente pode-se concluir que as externalidades negativas ou positivas apresentam certas dificuldades de mensuração e há ausência de um sistema de preço de mercado para quantificar os ganhos ou perdas, principalmente nos aspectos sociais. Assim sendo, o governo pode atuar para melhorar o bem-estar da sociedade ajustando as externalidade.

Os efeitos negativos que provocam as externalidades negativas demandam ações do Estado para atuar de forma punitiva ou orientar os agentes para os efeitos desejados. Com essas ações, uma empresa, que poluir um rio ou o ar, irá sofrer penalidades que só um agente constituído pelo poder público emanado pelo povo deverá agir para eliminar ou minimizar as externalidades negativas.

Custos de produção decrescente e mercados imperfeitos

Anteriormente vimos que o equilíbrio geral só acontece no sistema de mercado de livre concorrência. Porém, com a especialização, a divisibilidade da produção e a especialização, provocam ganhos de escala em muitas empresas. Essa concentração de mercado obtida via otimização dos meios produtivos nos leva a uma imperfeição no mercado, que contará com poucos vendedores, dificultando o equilíbrio de mercado.

Uma das características do mercado imperfeito[8] (monopólio, oligopólio e competição monopolística), diferentemente do mercado perfeito, a empresa pratica preços superiores aos custos médios, já que ele controla o preço. Sendo assim, a alocação eficiente ofertada pela a empresa, será diferente a alocação ótima demandada pela população.

Riscos e incertezas na oferta dos bens

A falta de simetria de informações por parte dos vendedores e compradores provocando incertezas quanto à lucratividade e em determinadas atividades é uma maneira de identificar falha no mercado em obter a alocação ótima dos recursos produtivos. Essas incertezas fazem com que produtos e serviços desejados e necessários deixem de serem produzidos pelo o mercado. Diante de incertezas na oferta dos bens e serviços, a ação do governo é necessária para manter a oferta dos produtos que antes não seriam ofertados pelo setor privado. Essa intervenção é importante para a manutenção do bem-estar da sociedade.

8 Para maiores informações sobre o mercados imperfeitos lei o artigo (Distribuição de Riqueza e Desenvolvimento Econômico com Mercados Imperfeitos de Antônio Marcos Hoelz Ambrozio) disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sbe/EBE08/paper/download/554/66 Acesso em : 19/09/2021

OBJETIVOS DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA

Anteriormente observamos que as dificuldades do mercado em obter o equilíbrio geral na manutenção dos bens e serviços necessários e desejáveis a coletividade justificava a ação governamental, através dos diversos mecanismos de politicas à sua disposição, para a alocação dos recursos da economia para alcançar o maior nível de bem-estar desejável. Mas, para isso, o governo deve buscar uma forma mais universalizada para as demandas da sociedade. Dessa forma, Musgrave (1959) *apud* Riane (2011) estabelece três funções básicas que o governo deve procurar assegurar: alocação dos recursos; distribuição de renda e riqueza e estabilização econômica.

Ajustamento na alocação de recursos

Vimos anteriormente que o mecanismo de preços de mercado não assegura a total oferta dos bens e serviços demandados pela sociedade. Assim, a alocações dos recursos é necessário para que o governo garanta uma maior eficiência na alocação dos recursos, visando à complementação dos bens não-disponíveis pelo o setor privado ou de acesso excludente.

Em algumas situações é necessária a atuação do governo, pois o setor privado não deseja efetivar investimentos em atividades que demonstre qualquer tipo de falha de mercado (mercados imperfeitos e riscos de incertezas). Porém, como esses bens (infra-estrutura, energia elétrica, transporte, siderurgia, etc), são importantes para a sociedade o governo aporta um volume de recursos financeiros para garantir a oferta. Existem situações em que o Estado oferece o bem e os serviços de forma direta, ou seja, produzindo os produtos demandados pela sociedade e pode ocorrer à oferta indireta via empresas terceirizadas, subsídios e incentivos.

Ajustamento na distribuição da renda e da riqueza

Como vimos o sistema de livre concorrência tem dificuldades de promover o equilíbrio geral, necessitando do governo para ajusta-lo. Da mesma forma ocorre na distribuição de renda e riqueza. A interferência do governo neste caso é para que haja uma melhora na distribuição da renda e da riqueza criando oportunidades de ascensão da sociedade. E para que isso seja alcançado, os instrumentos de politicas fiscais são os mais eficientes. Dessa forma o governo cobra mais tributos de que ganha mais e menos tributos de que ganha menos. Com essa apropriação de renda via sistema de tributação o governo efetua transferência de renda para as camadas mais necessitadas diminuindo o acesso aos bens e serviços antes atendidos pelo mercado privado.

Ajustamento visando à estabilização econômica

A necessidade de promover a estabilidade econômica faz com que o governo utilize

de ferramenta macroeconômica[9] para manter o nível de utilização de recursos (insumo, mão-de-obra, capital) e manter o poder de compra via estabilização do valor da moeda. Com essa função o governo assegura um nível desejável de emprego e estabilidade dos preços que não são determinados pelo sistema de mercado. Dessa forma, quando ocorre recessão na economia do país, elevando o nível de desemprego e ou inflação, o governo atual no sentido de minimizar os efeitos das falhas de mercado, procurando manter o nível de emprego tolerável e o poder de compra da moeda.

COMENTÁRIOS FINAIS

O texto apresentado destacou uma série de situações em que o mercado de livre concorrência é incapaz de atender as demandas de bens e serviços. Essa "incapacidade" é fruto dos interesses privados na maximização do lucro. Dessa forma o setor privado só produzirá produtos que contribuam para maiores lucros (RIANI, 2013).

Como o setor privado não atenderá todas as demandas da sociedade por bens e serviços necessários a manutenção do bem-estar. Assim, o governo surge como alternativa para desenvolver ferramentas que estimule a oferta de bens e serviços públicos básicos (saúde, educação, segurança, transporte, saneamento básico, etc). Mas a atuação do governo não se limita só na promoção de bens e serviços, os agentes públicos devem efetivamente trabalhar na estabilização da economia assegurando o nível de emprego e a estabilidade dos preços mantendo o poder de compra da sociedade (RIANI, 2013).

TEORIA DOS BENS PÚBLICO OU BENS SOCIAIS – ANÁLISE PARCIAL E GERAL

Um dos principais motivos da manutenção da estrutura governamental é a viabilização do acesso a bens e serviços sociais, que o mercado privado não ofereceria em condições normais. Os bens sociais têm como característica a não-rivalidade em seu consumo, ou seja, o consumo realizado por um individuo não reduz o consumo por qualquer outro consumidor.

Os bens públicos e bens privados em economia possuem diferenças que são importantes para qualificar um bem. Os termos remetem a questão da propriedade de

9 A macroeconomia é a parte da economia que se preocupa em analisar economia em geral analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados como renda e produtos, níveis de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda, taxa de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio. A perspectiva macroeconômica pode omitir fatores importantes, mas estabelece relações entre grandes agregados e permite compreender algumas interações relevantes. A macroeconomia se ocupa com aspectos em curto prazo como desemprego, por exemplo. A macroeconomia moderna adotou outros métodos científicos, assim a macroeconomia encontra também seus fundamentos na microeconomia. Atualmente existe também a macroeconomia comportamental que a hipótese das expectativas racionais da economia mainstream

Fonte https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/macroeconomics. Acesso em 19/09/2021.

um bem. E propriedade indica a posse de algo legitimado pelo sistema jurídico. Haja vista que em economia os bens públicos fornecidos diretamente pelo estado pertencem à sociedade que contribui para a produção daquele bem, e o estado nesse sentido é apenas o administrador. Já os bens públicos livres são aqueles que estão disponíveis na natureza para todas as pessoas e, por conseguinte, não há ônus para as pessoas que usufruem (GREENSTEIN, 2013).

As duas características básicas dos bens públicos, que os distinguem dos bens privados são: não rivalidade e não exclusividade. A não rivalidade indica que o consumo de um indivíduo não **impede** o consumo do outro. Um exemplo disso é o consumo de oxigênio, haja vista que o consumo de uma pessoa não **obstaculiza** que uma outra pessoa na mesma região também respire. A não exclusão está relacionada à impossibilidade de proibir o consumo dos indivíduos. Seguindo o exemplo do ar é impossível interromper o consumo de oxigênio dos atletas em um torneio de jiu-jitsu em um mesmo ginásio, haja vista que estão consumindo o mesmo oxigênio (GREENSTEIN, 2013).

TEORIAS DOS BENS SOCIAIS

Nesse tópico abordaremos as principais teorias dos bens públicos e suas características, bem como determinar o equilíbrio parcial e geral da interação entre bens sociais e privados.

Teoria de Musgrave[10]

Richard Abel Musgrave foi um dos fundadores da teoria contemporânea de finanças públicas e definiu o bem social como aquele que quando consumido por qualquer pessoa não exclui e nem reduz o bem-estar de outra individuo na sociedade não implicando em acréscimos de custos (BUCHANAN; MUSGRAVE, 1989).

Teoria de Lindahl[11]

Erik Lindahl foi um economista sueco da Escola de Estocolmo que estudou os vários aspectos do equilíbrio entre o custo marginal e o benefício marginal dos bens públicos. Ele dividiu os bens em dois tipos: no primeiro caso o consumo de um bem por um indivíduo subtrai o total disponível para outra pessoa. No segundo caso, os bens consumidos por uma pessoa não afetariam o total disponível para outro indivíduo (BUCHANAN; MUSGRAVE, 1999).

10 Para uma maior compreensão da Teoria de Musgrave acesse o link: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00951577/. Acesso em 19/09/2021.

11 Para uma melhor compreensão da Teoria de Lindahl leia o artigo publicado na revista de economia politica http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000400005&script=sci_arttext. Acesso: 03/04/2021

Teoria dos bens coletivos de Samuelson[12]

Samuelson dividiu os bens como sendo “bens privados” e “bens coletivos”.

Bens privados são aqueles cujo consumo por um indivíduo reduz a sua disponibilidade para outros indivíduos. Bens coletivos são aqueles cujo consumo, por um indivíduo, não afeta a sua disponibilidade para os outros indivíduos. O modelo de Samuelson procura determinar o nível ótimo de produção dos bens coletivos (RIANI, 2013).

Bens sociais e modelo de Tiebout

Segundo o modelo de Tiebout, seria necessário um número razoavelmente grande de governos locais e se cada comunidade oferecesse diferente conjunto de bens públicos, então cada indivíduo poderia selecionar a localidade para fixar a residência que satisfizesse a sua escala de preferência. Assim, cada indivíduo revelaria simultaneamente sua preferência e seria conseguida a ótima alocação dos recursos no setor público (RIANI, 2013).

Com isso, Tiebout tenta mostrar que a alocação ótima dos recursos por parte do governo teria maior chance de ser obtida quanto maior fosse à aproximação dos indivíduos com os executores da política governamental. Daí sua preferência pelos gastos em nível local que, segundo ele, refletem melhor as reais preferências dos indivíduos (RIANI, 2013).

Tiebout tenta explicar as vantagens de seu modelo de dispêndios públicos em termos locais, cujos principais pontos são (RIANI, 2013):

- Possibilidade de migrações por parte dos indivíduos até que eles encontrem o governo local que ofereça os bens públicos que satisfaçam a seus padrões de preferências;
- As diferenças entre os padrões de gastos e receitas seriam conhecidas pelos indivíduos;
- Existe grande número de localidades nas quais os indivíduos podem escolher uma para morar;
- Não haveria problemas sobre oportunidades de emprego, assumindo que não há problemas com a distribuição da renda;
- Não haveria externalidades (quando uma pessoa age provocando efeitos a outras pessoas, sem o consentimento destas, podendo o efeito ser benéfico: externalidade positiva - ou prejudicial: externalidade negativa) entre as comunidades nos serviços públicos oferecidos;

12 Para uma melhor compreensão da Teoria dos bens coletivos de Samuelson leia a tese de doutorado no link: http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2006-07-26T144230Z-161/Publico/Tese_Dout__POS_DEFESA.pdf. Acesso em 03/04/2013.

- O padrão e conjunto dos serviços a serem oferecidos pela comunidade seguiriam as preferências dos atuais residentes da comunidade, não havendo, em princípio, um tamanho ótimo para a comunidade. Este ótimo seria definido em relação ao número de residentes para os quais se procuraria oferecer os serviços públicos ao menor custo possível;

- O último pressuposto é o de que as comunidades abaixo do tamanho ótimo procurarão atrair novos residentes para diminuir seus custos médios. Situação oposta aconteceria com aquelas comunidades acima do tamanho ótimo. Aquelas que conseguissem obter os seus níveis ótimos tentariam mantê-los.

Destacadas essas condições, observa-se que o movimento migratório é de crucial importância dentro do modelo Tiebout. Isto porque, este movimento mostrará quanto o consumidor espera ou está disposto a pagar por um bem e atua como um mecanismo pelo qual o indivíduo revela sua demanda pelos bens públicos.

Segundo o modelo de Tiebout, seria necessário um número razoavelmente grande de governos locais e se cada comunidade oferecesse diferente conjunto de bens públicos, então cada indivíduo poderia selecionar a localidade para fixar a residência que satisfizesse a sua escala de preferência. Assim, cada indivíduo revelaria simultaneamente sua preferência e seria conseguida a ótima alocação dos recursos no setor público (RIANI, 2013).

OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA FISCAL E OS BENS PÚBLICOS

Os instrumentos de política fiscal usados pelo governo são 03 (três): (I) a função alocativa no qual o estado provê bens públicos; (II) a função distributiva que procura adequar a distribuição de renda de maneira equânime; e (III) a função estabilizadora que busca propiciar elevados níveis de empregos, bem como preços estáveis, além de fomentar o crescimento econômico.

A função alocativa

O Estado intervém na economia produzindo ou incentivando a produção de bens públicos, porque, como já foi apresentado, o mercado não funciona perfeitamente no que tange provisão de todos os bens de que a sociedade necessita. Todavia, devido ao fato de os bens públicos estarem acessíveis para toda a sociedade, nem todos os consumidores estão dispostos a pagar voluntariamente pela produção e distribuição destes bens (free rider). Destarte a comunicação e os interesses entre produtores e consumidores se torna precária, prejudicando a oferta de bens públicos.

O Governo age procurando identificar qualitativamente e quantitativamente a necessidade dos bens públicos que são demandados pela sociedade, bem como busca identificar a capacidade contributiva de cada consumidor. O grande problema é que estes

últimos podem se indispor a pagar o valor dos bens públicos (ou qualquer valor) caso não tenha certeza que outros também contribuirão para a produção e fornecimento de bens, por isso dificilmente todos os consumidores pagarão pelo uso do bem público. Assim surge a figura "caronas", ou seja, dos consumidores que participam dos benefícios do bem público, sem pagar por ele (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008). De acordo com PINDICK, RUBINFELD (2002) e Iorio (2013) os bens sociais (ou públicos) são aqueles que produzem benefícios para a totalidade dos agentes econômico, todavia dificilmente ou nunca é possível repartir os custos, haja vista que existem agentes econômicos que não estão dispostos a pagar pelo consumo dos bens utilizados. Os bens públicos como vias públicas federais, estaduais ou municipais; os parques públicos; o policiamento civil ou ostensivo; a defesa nacional das fronteiras; a fauna e a flora (meio ambiente), etc, são exemplos de bens que todos podem gozar dos benefícios, mas nem todos necessariamente pagam para usufruir. Para desencorajar este comportamento dos agentes econômicos, e tendo em vista que o governo precisa financiar o fornecimento dos referidos bens, é que o governo cobra imposto.

A tributação é uma forma de financiar bens e serviços públicos que são produzidos e distribuídos pelo setor público quando o mercado se torna ineficiente nas referidas atividades com vista ao suprimento da necessidade da sociedade. Nesse caso é necessário considerar o processo político e eleitoral, haja vista que existem agentes políticos responsáveis pelo fornecimento dos referidos bens que são motivados pelas pressões das demandas sociais. Assim, a decisão de votar funciona com uma "cesta de consumo" dos agentes econômicos cuja a escala de valores dos eleitores indica as suas preferências do que é principal e secundário para a sua cidade, região ou país. Ou seja, o processo eleitoral direciona o uso dos recursos públicos para as áreas da segurança, saúde, educação, etc. De forma que se a preferência dos consumidores revelar que o bem público saúde é a prioridade devido à necessidade de combate à pandemia, então o governo poderá escolher investir recursos públicos em vacinas, equipamentos para internação, contratação de mais profissionais de saúde, etc.

Segundo Giambiagi e Além (2008) é responsabilidade do Estado identificar a necessidade da sociedade, e a partir disso produzir ou pelo menos prover a todos os cidadãos dos bens e serviços necessários. Mas qual a diferença entre produção e provisão de bens e serviços? Certamente a população, em geral, não reclama do governo quando faltam produtos que são encontrados em supermercado ou em feiras populares, mas quando se trata de bens e serviços públicos (que já são de conhecimento da população que são fornecidos pelo estado) como a água e a energia elétrica, o governo é pressionado pelas demandas sociais. Existem bens e serviços que requerem logo prazo de maturação financeira para construção e distribuição, como os que foram supracitados, assim acontece de o setor privado não se interessar em aguardar longos períodos de 25 ou 30 anos para ter retorno financeiro do capital investido. Ou bens que requerem alta complexidade

para serem produzidos, nestes casos se o estado não participar do sistema de mercado produzindo diretamente o bem por meio de suas empresas/entidades, ele poderá assegurar indiretamente o fornecimento do referido produto por meio de empresas privadas. Assim, mesmo que o Estado deixe de produzir, ou não produza bens e serviços para a sociedade ele promove de outra maneira, incentivando o mercado.

Ressalta-se ainda que bens públicos ou privados em economia não possuem a mesma conotação que o conceito da Administração Pública e do direito público. Enquanto o primeiro está relacionado a não-exclusividade e não rivalidade, os últimos estão relacionados à natureza jurídica do ente responsável pela produção do bem ou serviço. Ou seja, é a partir da natureza jurídica da entidade, se é pública ou privada, que se determina se o bem ou serviço é público ou privado.

Função Distributiva

Nem sempre os fatores de produção (capital, trabalho e terra) são plenamente empregados, assim as remunerações dos referidos fatores podem não ser distribuídos de maneira equânime. Por isso, determinados membros da sociedade podem ter problemas com a forma que a distribuição de renda é praticada por uma economia. Destarte o Estado pode fomentar uma distribuição de renda considerada equânime, e que atenda às necessidades da sociedade usando instrumentos como: a) transferências de recursos como o bolsa família, auxílio emergencial, etc. b) A isenção de impostos para as famílias que não possuem condições de financeiras de prover o seu sustento com um determinado nível de tributação; e tributando os que possuem elevados níveis de renda. Haja vista que a tributação sobre indivíduos que possuem tais rendimentos pode subsidiar moradias populares, empreendimentos, bem como para uma diversificada quantidade de projetos de geração de emprego e renda; c) Subsídio para moradia como o “minha casa minha vida”, “minha casa melhor”, ou para fomentar pequenos negócios.

A tributação sobre bens e serviços de luxo para otimizar a arrecadação é uma estratégia para financiar a distribuição de renda entre aqueles que auferem uma renda mais baixa. Assim como a redução ou isenção de produtos de primeira necessidade é uma forma de subsidiar a população de baixa renda. Os recursos da seguridade social são um bom exemplo de aplicação do dinheiro público em políticas de distribuição de renda. Os recursos das pessoas de renda mais alta são captados e aplicados em hospitais que atendem às populações de renda mais baixa (assim como poderiam ser aplicados em outros projetos de distribuição de renda). Ressalta-se que os referidos bens e serviços públicos de saúde alcançam os caronas, ou seja, aqueles que não contribuíram para a previdência e assistência social (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

A Função Estabilizadora

De acordo com Giambiagi e Além (2008) partir do pensamento econômico

Neoclássico considera-se que o sistema econômico tinha a capacidade de se auto-ajustar diante das crises. Este auto-ajuste faria com que os fatores de produção fossem utilizados no nível de pleno emprego dos fatores de produção (os fatores de produção como capital e trabalho). Assim o desemprego só existira se fosse voluntário. Com os preços e salários flexíveis ter-se-ía a possibilidade de equilibrar as forças da oferta e da demanda. As crises cíclicas do capitalismo demonstravam que existia a necessidade de explicar fenômenos como a crise de 1929. A necessidade de as economias buscarem a estabilidade fez com que o economista John Maynard Keynes apresentasse esta questão do equilíbrio e estabilidade inovadora que foi adotada por estadistas em vários lugares do mundo. Este tema foi abordado por Keynes em sua obra mais emblemática conhecida como a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda em 1936.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENS PÚBLICOS

O fornecimento de bens com características de não rivalidade serve como justificativa para o caso das empresas monopolísticas, ou seja, para os casos de um único fornecedor de um produto tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Quando há ausência de exclusividade o governo pratica a taxação ou imposto sobre o produto que é um bem público que não participa do sistema de preços tradicional (GREENSTEIN, 2013).

Uma grande questão no universo digital é discernir quais elementos constituem um bem público e quais são privados, ou seja, quais bens digitais são públicos e quais são privados. Nesse sentido é importante considerar que os bens possuem as características de ***não rivalidade*** e de ***não exclusão***. O conhecimento técnico, que é o insumo para o bem digital, é um bem público tanto quando está on-line quanto off-line, haja vista o labor despendido como as pesquisas científicas que estão incorporadas. Além disso a criação e uso de protocolos para a rede de computadores e internet não impede o uso dos mesmos pelos fornecedores, provedores e usuários. Curiosamente vários bens públicos como este não contam com o apoio governamental por meio de fundos ou tecnologia. Isso também se aplica para alguns softwares livres usados por estudantes do mundo inteiro como o R Studio, Gretl, Pyton, etc, ou sistemas operacionais como o Linux. Vale ressaltar que os serviços de informação de sites como o da Wikipedia, a Internet Archive, de Brewster Karle, tem características de não rivalidade e por mais que um usuário não dê donativos para manter os serviços do site ele também não pode ser excluído do uso. Isso se aplica a Sloan Digital Sky Survey, que é uma biblioteca virtual digital de imagens de estrelas, constelações e imagens do universo. Instituições educacionais que querem incluir estudantes e pesquisadores de todas as idades como o Museu Smithsoniam, o Metropolian Museum of Art (MET), e o Instituto Charles Babbage apresentam um bem que não diminui quando assimilado por outras pessoas, e não exclui as pessoas do seu consumo, portanto,

são considerados bens públicos (GREENSTEIN, 2013).

Locais de valor histórico, cultural e artístico em todo o mundo são incluídos na lista de patrimônio mundial da UNESCO. Este título é disputado pois implica em um reconhecimento importante que propicia o turismo e o desenvolvimento econômico de áreas que passam a ser consideradas como um bem público local que fazem parte do bem público global. Neste sentido, a UNESCO está concentrada em restaurar, conservar e proteger heranças históricas, artísticas, arquitetônicas que tenham um valor imaterial relacionado à população local. Isso inclui a idiossincrasias de monumentos e cidades, para que (além do valor já mencionado) as gerações futuras tenham como explorar economicamente certas vantagens como a atração turística. A preocupação com a preservação dos referidos bens públicos pela UNESCO se deve à característica da rivalidade, haja vista que a degradação e desaparecimento de aspectos importantes do referido bem se deve a forças políticas e econômicas que se sobrepõe à cultura da população local. Isso ocorre devido um trade-off conflituoso entre o incentivo à preservação de bens públicos para às gerações futuras por parte da UNESCO e os interesses privados e excludentes de uma parcela da população local (CELLINI; CUCCIA; 2016)

COMENTÁRIOS FINAIS

As teorias definem como públicos aqueles bens cujo consumo é feito no mesmo montante por todos os indivíduos.

O consumo de uma pessoa não diminui as oportunidades de consumo de outro indivíduo.

Essas teorias tentam mostrar os mecanismos pelos quais os consumidores revelariam suas preferências pelos bens públicos puros[13], tal que o governo adaptasse suas cestas de bens e serviços ao padrão de consumo dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Breno, Emerenciano. **Análise Teórica e Empírica dos Determinantes de Corrupção na Gestão Pública Municipal.** Encontro Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). 2006. Disponível: http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A030.pdf. Acesso em: 12.09.2021.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thompson Learning, 2006.

BUCHANAN, James M; MUSGRAVE, Richard A. **Public Finance and Public Choice: Two Constrasting Vision of the State.**

13 Para ampliar o conhecimento sobre bens públicos puros leia o artigo: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VERSUS MEIO AMBIENTE. Disponível no link: http://www.revista.inf.br/florestal01/pages/artigos/artigo09.htm. Acesso: 05/04/2013

CELLINI, Roberto; CUCCIA, Tiziana. UNESCO Sites as Public Googs: Comparative Experiences in Italy. **Revista de Economia Contemporânea** (Jornal of Contemporary Economics). (2016) 20 (3): p. 553-569. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272037>. Acesso em: 04 set 2021.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana. **Finanças públicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GREENSTEIN, Shane. Digital Public Goods. Kellog School of Management. 63 p., 2013. Disponível em 31.07.2021: <https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=6630005>. Acesso em: 31 julho 2021.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico.** 5º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

IORIO, Ubiratan Jorge. The Great fiction of de "failures" of the market. MISES: Interdisciplinary Journal of Phiolosophy, Law and Economy. Vol.1, nº 2 (july – december 2013): 401-424.

KEYNES, Maynad. **The General Theory of Employment, Interest and Money.** Prometheus Books, 1997.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia Fundamentos de Economia.** 5° Edição, São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARTONE, Celson L. **Instituições, Setor Público e Desenvolvimento: O Caso do Brasil**. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (FIPE). São Paulo: SP. Disponível: http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_09_2007.pdf. Acesso em: 12.09.2021

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. Prometheus Books. 1997.

MISHAN, Edward J. **The Spillover Enemy. Encounter.** vol. XXIII, nº 6 (december 1969), 3-13.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Public Finance in Theory and Practice.** 5th ed. Singapore: McGraw- Hill International Editonal,1989.

OLIVEIRA, Gisela A. de; SCHWANKE, Thilara L., LANGE, Estevan M.; MAEHLER, Alisson E. **Economia do Setor Público Utilizando Pregão Eletrônico.** XVI Congresso de Iniciação Científica. Disponível: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/SA/SA_02044.pdf. Acesso em: 12.09.2021

PAULA, J. Antônio de. **Walras no Journal Des Économistes: 1860-65.** Rev. Bras. Econ. vol.56 n°.1 Rio de Janeiro Mar. 2002. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402002000100005&script=sci_arttext : Acesso: 13/03/2013

PINDICK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: Uma abordagem Introdutória.** 5° edição, Rio de Janeiro: LCT, 2013.

WALRAS, Leon**. Elements of Theoretical Economics Or, The Theory of Social Wealth.** 1º ed**.** United Kingdom (UK)*:* Cambridge University Press, 2014.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO. Disponível: http://busca.unisul.br/pdf/78634_Bernardino.pdf. Acesso em: 12.09.2021

OS GASTOS PÚBLICOS

Esta é uma frase relacionada ao aumento ao aumento dos gastos públicos conforme a economia cresce:

"O advento da sociedade industrial moderna resultará em maior pressão política pelo progresso social e maior consideração social pela indústria."

(Adolf Wagner)

INTRODUÇÃO

Uma das formas de atuação do governo é através dos gastos públicos. Por meio dos gastos, o Estado estabelece uma série de prioridades sendo um dos principais agentes atuantes no mercado e na produção de bens e serviços básicos para a sociedade. O referido tema ganha importância nos debates dos gastos públicos no âmbito de toda a sociedade, haja vista que esta última é a maior beneficiada com os bens e serviços. Com o intuito de fornecer elementos que nos auxilie na tomada de decisões trataremos nessa parte do estudo questão dos dispêndios públicos. Para tanto, analisaremos as diversas formas dos gastos públicos e os seus conceitos. Para uma melhor compreensão, apresentaremos alguns modelos macroeconômicos e microeconômicos que nos permitirão uma análise ao longo do tempo dos efeitos da ação governamental.

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

Podemos entender gastos públicos como sendo as escolhas que o agente público decide na hora de prestar os bens e serviços para a coletividade. E para tanto, o governo considera a expectativa de arrecadação e a demanda da sociedade que é apresentada nas contas governamentais.

Com o intuito de esclarecer alguns conceitos de gastos, com os quais trataremos, apresentaremos a diferenciação de gastos governamentais e gastos públicos. No primeiro caso, trata-se das despesas que compõe as unidades da administração direta e indireta, seguindo esse mesmo conceito destacamos as autarquias, fundações e agencias reguladoras. No caso dos gastos públicos, somamos além dos gastos governamentais as despesas do governo no setor produtivo da economia incluindo as empresas estatais (RIANI, 2013).

Normalmente existe uma classificação dos gastos de acordo com a finalidade, natureza e função na esfera governamental, excluindo do cálculo as despesas das atividades econômicas do Estado. Dessa forma, os gastos governamentais deveriam ser custeados pelos mecanismos fiscais via tributação e do outro lado os gastos com as atividades produtivas ficariam financiados pela receita obtida com a venda de seus bens e serviços (RIANI, 2013).

Despesas agregadas

Através das despesas agregadas podemos ter uma análise macroeconômica das contas do governo. Por ela é possível observar os principais componentes dos gastos do governo. Através dessas despesas podemos observar os gastos realizados pelas diferentes esferas que fazem parte da administração pública do país. Destacando os gastos totais por componentes tais como pessoal e encargos, transferências, juros e amortizações da dívida, investimentos e outros.

Despesas por categorias[1]

Trata-se de gastos governamentais das categorias econômicas apresentados nos balanços gerais das unidades administrativa da estrutura governamental. Através das despesas por categorias podemos desenvolver uma análise financeira com mais qualidade e identificar possíveis situações: condições financeiras do governo, quando considerado a receita; porte da estrutura de gastos; capacidade de poupança e investimentos e composição dos gastos fixos e variáveis.

As portarias[2] n° 42/1999 e 163/2001 estabelece como deverá ser a publicação dos balanços gerais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e apresenta duas formas básicas das despesas governamentais; corrente e capital.

As despesas correntes são caracterizadas por gastos fixos, sem os quais a máquina pública não funcionaria tais como pagamento de pessoal, consumo de materiais e manutenção da estrutura de governo. Também nessa rubrica, identificamos os pagamentos dos encargos da dívida publica que é considerado como despesas fixas (RIANI, 2013).

Com relação às despesas de capital, encontramos os investimentos realizados pelo o governo que podem ser tanto em obras e equipamentos públicos, como também a integralização de capital para empresa do governo e amortização de dívidas.

Despesas por funções[3]

As despesas por funções são classificadas de forma agregada, refletindo as demandas do governo. Apesar de existir uma complexidade nos conceitos e distinção da aplicação dos recursos, essa distribuição dos gastos é importante para a avalição das despesas realizadas pelo poder público evitando distorções. Cada uma delas subdivide-se em funções de seus diversos programas e dos subprogramas que as compõem obedecendo a uma classificação (RIANI, 2013).

---

1 Para facilitar o entendimento leia o artigo "Análises das variações das despesas do Governo Federal no período de 1995 a 2010". Disponível: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/15742/10061. Acesso: 12/04/2013

2 Publicada no Diário Oficial da União n° 87-E de 07/05/2001, seção 1, páginas 15 a 20 (RIANI, 2011).

3 Para maiores esclarecimentos consulte “DESPESAS PÚBLICAS MANUAL DE PROCEDIMENTOS”. Disponível: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/orientacaoContabil/arquivos/Minuta_Manual_Despesas.pdf. Acesso: 12/04/2013

MEDIDAS E CRESCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS

Os dados estatísticos dos últimos tempos demonstram uma forte trajetória de crescimento nas despesas do governo nas suas diversas áreas de atuação. Os estudos teóricos não apresentam hipóteses que justifique esse fenômeno. No entanto, o problema que temos, no longo prazo, é como equacionar essa questão.

A distribuição das despesas da União por função oferece outro ângulo de análise do impasse presente no debate recente da política fiscal. Não há dúvida a respeito da possibilidade de ganhos de eficiência no gasto público (Marcos, 2006 apud Lepreato, 2007), mas, como esses ganhos são pouco significativos, a proposta convencional não tem alternativa senão focar no corte dos gastos obrigatórios, o que recoloca o desafio de se buscar outro caminho além daquele focado no corte das despesas (LEPREATO, 2007).

Os gastos da União por função estão fortemente concentrados nos encargos especiais (sobretudo dívida) e na área social. As outras áreas aparecem com dotações de recursos bem inferiores, em particular aquelas ligadas à infra-estrutura e produção, fundamentais no esforço de ampliar o crescimento. Os gastos atrelados à Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho e Educação concentram, sem considerar os encargos especiais, 77,2% do total das despesas de 2005. E, se for somado os gastos com as funções Legislativa, Judiciária e Defesa Nacional, o volume de despesas alcança o equivalente a 82,1% do total. Além disso, a parte referente aos encargos especiais, que englobam principalmente os gastos financeiros, respondem por parcela expressiva (42,5% em 2005) da despesa total (Tabela 2.1), (LEPREATO, 2007). Na tabela 2.1 podemos observar a direção crescente dos gastos públicos em algumas funções de despesas no período de 2000 a 2006.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Área Social	**43,67%**	**41,16%**	**40,65%**	**41,77%**	**44,23%**	**45,18%**	**38,18%**
Assistência Social	1,41%	1,38%	1,48%	1,71%	2,55%	2,60%	2,52%
Previdência Social	29,61%	28,05%	28,06%	29,49%	30,44%	31,06%	26,75%
Saúde	6,43%	6,16%	5,79%	5,51%	6,06%	6,01%	4,67%
Trabalho	1,98%	1,94%	1,93%	1,92%	1,97%	2,10%	2,05%
Educação	3,37%	3,04%	3,01%	2,88%	2,67%	2,67%	1,97%
Cultura	0,08%	0,07%	0,05%	0,05%	0,06%	0,08%	0,04%
Direitos da Cidadania	0,13%	0,15%	0,09%	0,08%	0,10%	0,14%	0,08%
Urbanismo	0,06%	0,13%	0,11%	0,07%	0,22%	0,35%	0,07%
Habitação	0,51%	0,09%	0,03%	0,02%	0,09%	0,09%	0,00%
Saneamento	0,05%	0,06%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%
Desportos e Lazer	0,06%	0,08%	0,06%	0,03%	0,05%	0,07%	0,02%
Outros*	0,88%	0,58%	0,37%	0,27%	0,53%	0,74%	0,22%
Infra- estrutura	**2,09%**	**2,25%**	**3,71%**	**2,14%**	**1,53%**	**2,13%**	**0,80%**
Gestão Ambiental	0,36%	0,50%	0,29%	0,19%	0,22%	0,33%	0,12%
Ciência e Tecnologia	0,39%	0,42%	0,34%	0,40%	0,48%	0,54%	0,30%
Comunicações	0,13%	0,12%	0,13%	0,13%	0,09%	0,08%	0,04%
Energia	0,17%	0,19%	1,78%	0,79%	0,07%	0,08%	0,04%
Transporte	1,04%	1,03%	1,17%	0,62%	0,67%	1,11%	0,30%
Administração	**9,22%**	**8,44%**	**8,22%**	**7,15%**	**7,87%**	**7,56%**	**5,84%**
Legislativa	0,56%	0,55%	0,56%	0,62%	0,65%	0,63%	0,53%
Judiciária	2,05%	1,75%	1,86%	1,69%	1,94%	1,76%	1,58%
Essencial à Justiça	0,22%	0,22%	0,24%	0,27%	0,39%	0,38%	0,33%
Administração	2,09%	1,90%	1,87%	1,49%	1,64%	1,50%	1,14%
Defesa Nacional	3,37%	3,10%	2,87%	2,35%	2,50%	2,54%	1,73%
Segurança Pública	0,69%	0,68%	0,50%	0,49%	0,51%	0,50%	0,38%
Relações Exteriores	0,24%	0,24%	0,30%	0,24%	0,24%	0,25%	0,14%
Produção	**2,65%**	**2,63%**	**2,08%**	**2,12%**	**2,55%**	**2,68%**	**1,41%**
Agricultura	1,61%	1,43%	1,25%	1,32%	1,40%	1,37%	0,90%
Organização Agrária	0,35%	0,35%	0,31%	0,29%	0,48%	0,59%	0,23%
Indústria	0,10%	0,12%	0,10%	0,09%	0,28%	0,25%	0,10%
Comércio e Serviços	0,59%	0,73%	0,42%	0,42%	0,38%	0,47%	0,19%
Encargos Especiais	**42,36%**	**45,52%**	**45,34%**	**46,82%**	**43,82%**	**42,45%**	**53,77%**

Tabela 2.1 - Gastos da União por Função: Participação Relativa das Áreas na Despesa Total (2000-2006)

Fonte: (SIAFI - STN/CCONT/GEINC apud Lepreato, 2007)[4]

MODELOS DE GASTOS PÚBLICOS

Os gastos públicos têm ocupado grande parte dos estudos das áreas que tentam explicar o aumento dos dispêndios mediante análise de bem-estar da população ou através de algumas teorias do crescimento econômico do país. E para tanto, os economistas utilizam dois modelos básicos: o macroeconômico que tenta explicar a expansão dos gastos públicos usando as variáveis agregada, como PIB, já o modelo microeconômico fundamenta seus estudos no processo de tomada de decisão dos agentes (RIANI, 2013).

Modelos macroeconômicos de crescimento dos gastos públicos

Neste ponto iremos trabalhar três modelos básicos da macroeconomia que analisa o comportamento dos gastos públicos em relação ao tempo: a lei de Wagner; o estudo clássico de Peacock-Wiserman e o processo de desenvolvimento e o crescimento dos

4 Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 131, ago. 2007. Disponível: http://www.iecécon.net/arquivos/publicacoes_38_2693801185.pdf. Acesso: 15/04/2013

gastos públicos.

Lei de Wagner[5] sobre a ampliação das atividades do Estado

A Lei de Wagner, da autoria de Adolph Heinrich Gotthelf Wagner, economista alemão que viveu entre 1835 e 1917, defende que a proporção relativa da atividade pública na economia aumenta com o grau de industrialização. Segundo Wagner, esta relação, que pode ser medida pelo peso das despesas públicas do produto interno bruto (PIB), a crescente complexidade da vida econômica e dos problemas associados à organização social obrigam uma maior intervenção do Estado na economia para uma eficiência e ou eficácia na distribuição dos bens e serviços públicos (Lei de Wagner,n.d)[6].

A análise wagneriana procura explicar o crescimento dos gastos públicos. Para tanto ele estabelece algumas generalizações sobre o comportamento dos dispêndios do Estado. 1) os gastos crescem mais rápido do a renda nacional; 2) a expansão da atividade do Estado deve ser seguida por um aumento e aprimoramento do aparato fiscal e 3) o crescimento da atividade do governo era uma consequência natural do progresso social e por conseguinte um aumento dos gastos públicos, o modelo de Wagner pode ser apresentado por meio da figura abaixo 2.1 (WAGNER, 1958 apud RIANI, 2011).
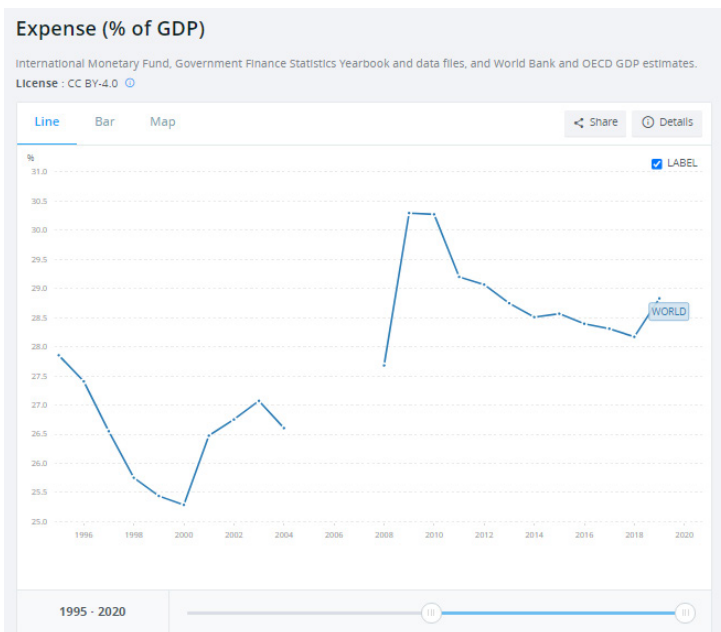
Fig. 2.1. Gasto Público em percentual do PIB de1995 a 2019

Fonte: Banco Mundial (https://data.worldbank.org/indicator/GC.XPN.TOTL.GD.ZS?end=2020&start=1995)

5 Para um maior aprofundamento da Lei de Wagner leia o artigo disponível no link: http://econometrix.com.br/pdf/bdbb81e2a2c4f153b743f82783bbaed553322c82.pdf. Acesso: 16/04/2013

6 http://econometrix.com.br/pdf/bdbb81e2a2c4f153b743f82783bbaed553322c82.pdf. Acesso: 16/04/2013

As despesas na figura 2.1. referem-se aos pagamentos em dinheiro no que tange as atividades operacionais do governo no fornecimento de bens e serviços, que dizer, isso diz respeito a remuneração de fatores de produção como: o pagamento a empregados (como ordenados e salários), juros e subsídios, subvenções, benefícios sociais e outras despesas, como aluguéis e dividendos. Os dados das finanças do governo central da maioria dos países foram consolidados em uma única conta, mas para outros países apenas as contas orçamentárias do governo central estão disponíveis. Vale ressalta que os dados orçamentários de cada país são incluídos de foram padronizadas pelo FMI em uma única conta por meio de questionários respondido pelos países membros e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Todavia, os dados fornecidos podem não incluir todas as unidades do governo central (como fundos de seguridade social). Assim, os referidos dados do Banco Mundial (fig. 2.1.) indicam que na maior parte do período apresentado a despesa pública global cresceu acompanhando o crescimento do PIB mundial. Observa-se que a despesa pública variou entre 25% a 26% do PIB entre os anos de 1994 a 2004 (de 2005 a 2007 não há dados agregados de todos os países analisados). Nos anos de 2008 a 2019 o gasto Público Mundial variou entre 27% a 30% em relação à variação do PIB. Este exemplo serve para ratificar a lei de Wagner no que tange ao aumento do crescimento econômico representado pelo PIB mundial acompanhado do crescimento da despesa pública. Ressalta-se ainda que baseado na Fig. 2.2 o PIB mundial até ano de 2019 o PIB mundial era de 87 trilhões de dólares, e no ano de 2020 fui de 84 trilhões de dólares, quer dize, a diferença representa uma perda de aproximadamente 3 trilhões de dólares que provavelmente teve a pandemia do Covid-19 como um dos fatores.
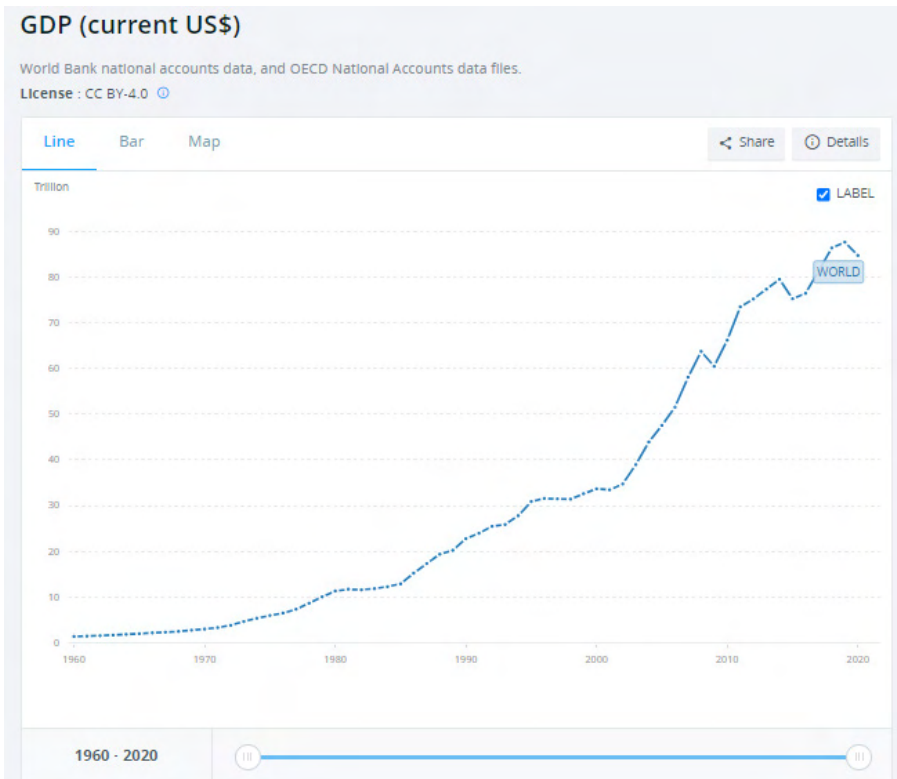
Fig. 2.2. PIB a preços corrente em trilhões de dólares de 1960 a 2020

Para justificar a existência da lei de expansão das atividades do Estado, Wagner utilizou três argumentos principais. Inicialmente, ele referia-se à necessidade de ampliação das funções do Estado relacionadas com a administração e segurança devido à substituição das atividades privadas pelas públicas. A outra lei, usada por Wagner referia-se ao aumento dos gastos públicos que sofreria impactos com a expansão cultural e o bem-estar, principalmente com referência à educação e distribuição de renda. O aumento dos gastos públicos em educação, lazer, cultura, saúde e serviços de bem-estar foram explicados por Wagner em termos da elasticidade-renda da demanda. Para ele, esses serviços representam bens superiores ou elásticos em relação à renda. Dessa forma, um aumento na renda provocará um crescimento mais que proporcional nos gastos públicos. A terceira hipótese relaciona as mudanças tecnológicas e a escala crescente dos investimentos. A utilização desses fatores pode contribuir para que surgisse grande número de monopólios privados que podem ser evitados ou controlados pelo Estado no interesse do equilíbrio da economia. Dessa forma, a participação do governo aumentaria como uma fonte de estabilidade, influenciando as atividades das grandes empresas, cujo domínio na economia pode provocar instabilidade (RIANI, 2013).

Estudo clássico de Peacock e Wiseman sobre o crescimento dos gastos públicos

Os estudos de Peacock e Wiseman baseiam-se em dados do Reino Unido de 1890 a 1955, avaliando a relação da evolução dos gastos públicos neste período. Tendo três objetivos principais: Primeiro era preencher um espaço nas informações estatísticas disponíveis sobre os gastos do governo a partir de 1890. O segundo era tentar relacionar essas estatísticas com a história econômica do período. Acreditavam que o método de análise por eles utilizado poderia contribuir para o entendimento do desenvolvimento econômico britânico na primeira metade do século. Por fim, tentar analisar o comportamento dos gastos do governo dentro do contexto histórico e estabelecer algumas hipóteses que corroborasse para explicação do comportamento dos gastos do governo e também em outros países (RIANI, 2013).

Dessa forma, duas proposições básicas estabelecidas por Peacock e Wiseman. Inicialmente relacionava os valores per capita dos gastos totais com os do PIB, e enquanto a outra procurava relacionar o crescimento dos gastos do governo com período de distúrbios sociais. Assim, notaram que o total dos gastos do governo havia crescido relativamente mais rápido que o PIB e que o nível dos gastos do governo foi claramente afetado pelas duas grandes guerras mundiais, denominando estas variações como “efeito deslocamento”. Apresentando um aumento significativo dos gastos governamentais nestes períodos de guerras, mantendo um efeito normal de crescimento após o mesmo, mas, porém há um nível superior ao anterior (RIANI, 2013).

O efeito deslocamento poderia acontecer também em outros países, através de efeitos marcantes em sua situação econômica, atingindo os níveis de gastos públicos, como a depressão. Tais gastos eram efeitos principalmente pelos governos centrais, que aumentavam suas finanças, e autoridades, devido basicamente aos gastos com defesa. Portanto havia substituição de gastos civis pelos gastos com defesa durante os períodos de guerra, mas após este período estabelecia-se o padrão normal dos gastos civis (RIANI, 2013).

Modelos de desenvolvimento e crescimento dos gastos públicos

Os modelos de desenvolvimento apresentam o crescimento dos gastos públicos com os estágios de crescimento do país. E para tanto, apresentaremos os trabalhos de Musgrave, Rostow e Herber que demonstram como ocorre essa associação, entre crescimento dos gastos públicos com o estágio de crescimento do país (RIANI, 2013).

Musgrave (1969) apud Riani (2013) destaca a formação bruta de capital do setor público como um fator importante nas primeiras etapas de desenvolvimento e crescimento econômico do país. Para o autor essa formação bruta dará condições para que o governo

faça os investimentos estruturantes em infraestruturas sociais e econômicas, tais como transporte, saúde, estradas, educação, saneamento e outros. Com esse investimento o país promove uma melhor qualidade nos bens e serviços que a sociedade demanda. Atingindo esse estágio inicial, o governo deverá busca etapas superiores e intermediárias de desenvolvimento social e econômico.

Rostow (1974) apud Riani (2013) admite a existência das relações entre a participação do setor público e os estágios de desenvolvimento do país acrescentado que a relação dos gastos públicos com o PIB volta a crescer nos últimos estágios de crescimento devido aos gastos de investimentos nos serviços sociais, que proporcionalmente crescerão relativamente mais que outros itens dos gastos.

Herber (1979) apud Riani (2013) associa a participação dos gastos públicos com os estágios da industrialização do país. Em seu entendimento no período pré-industrial há necessidade de participação mais intensificada do governo nos investimentos das áreas básicas para o modelo de industrialização do país o que eleva os dispêndios públicos em taxas superiores às do crescimento do PIB, surgindo com isso o período de industrialização. Já no período pós-industrial, faz-se necessário, novos investimos do setor público para que a economia promova um novo período de industrialização num nível de renda superior ao estágio anterior.

Modelos microeconômicos dos gastos públicos

Nesses modelos procura-se mostrar os fatores que influenciam a demanda e oferta de bens e serviços públicos considerando alguns elementos políticos e sociais. Dessa forma, observa que: a) são modelos positivos, que tentam explicar a trajetória dos gastos públicos e os fatores que geram o crescimento; b) o modelo não se preocupa com o equilíbrio orçamentário e nem a eficiência da oferta da produção pública; c) como um modelo positivista algumas proposições serão consideradas. Por fim, esses modelos são apresentados de forma estática comparativa, demonstrado algumas limitações (RIANI, 2013).

Determinação do nível da produção

A oferta dos bens e serviços públicos é determinada pela sociedade. Contudo, essa demanda poderá ser revelada de forma diversificada e diferenciada, dependendo do tipo de serviço disponibilizado, da forma de representação política, da quantidade dos bens e serviços já oferecidos e de outras variáveis que podem determinar a oferta e demanda (RIANI, 2013).

Aumento dos gastos em razão da deterioração dos serviços

Uma série de variáveis pode influenciar a decisão na produção de determinado bem público e haja a necessidade de aumento nos gastos públicos. Vamos trabalhar com um exemplo para facilitar o entendimento, imagine a rede hospitalar de uma determinada região. A estrutura hospitalar será definida com base numa conjuntura real em função dos problemas existentes, ou seja, número de médicos, de enfermeiras, laboratórios, etc., para o devido atendimento aos pacientes. Caso haja um aumento dessa demanda, cirurgias, tratamentos médios, etc., essa estrutura de saúde pública poderá não ser mais adequada para nova realidade. Com isso, o poder público deverá promover medidas que regularize o equilíbrio da oferta e da demanda. Mas para isso, será necessário um aumento dos gastos públicos (RIANI, 2013).

Variações demográficas e gastos públicos

As variações demográficas são vistas como importante variável que explicar as alterações e o crescimento dos gastos públicos. Essas variações e o aumento dos gastos são consequências não somente do crescimento populacional, mas também da própria distribuição etária.

Custos dos fatores do setor público e gastos públicos

Nessa seção pretendemos mostrar que poderá haver aumento dos dispêndios governamentais sem necessariamente ocorrer alterações nas quantidades dos bens e serviços oferecidos pelo o governo. Isso acontece por a não existência de vantagens do crescimento, via produtividade, economias de escalas e variações tecnológicas por parte do governo.

COMENTÁRIOS FINAIS

Como podemos observar o envolvimento do governo na economia e a interação com outros agentes do setor produtivo torna-se complexo a explicação dos gastos públicos. Isso porque existe uma série de fatores que afeta o nível dos gastos públicos bem como as oscilações ocorridas. De forma geral, os modelos tentam explicar esse comportamento para esclarecer parte das razões do crescimento dos gastos públicos, contribuindo de forma significativa para o entendimento do tema.

REFERÊNCIAS

DESPESAS PÚBLICAS MANUAL DE PROCEDIMENTOS: Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Brasil, 1° Edição, 2007. Disponível: http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/orientacaoContabil/arquivos/Minuta_Manual_Despesas.pdf. Acesso: 12/04/2013

SILVA, M.IO CORRÊA DA. **Análises das variações das despesas do Governo Federal no período de 1995 a 2010.** Revista Urutágua, n° 27, nov.2012/Abril 2013 – ISSN 1519-6178. Disponível: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/15742/10061. Acesso: 12/04/2013

PIRES, J. Lemos. **O Crescimento dos gastos públicos e seu impacto no crescimento econômico. Universidade do Rio Grande** do Sul, Departamento de Economia, Porto Alegre, 2009. TCC p. 14-32. Disponível: **http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25337/000738682.pdf?sequence=1.** Acesso: 09/05/2013.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: Uma abordagem Introdutória.** 5° edição, Rio de Janeiro: LCT, 2013.

CANDIDO JUNIOR, J. Oswaldo. **Os Gastos Públicos no Brasil são Produtivos?** IPEA. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, jun 2001. Disponível: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88. Acesso: 09/05/2013

FINANCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS

INTRODUÇÃO

Nesta parte de nosso estudo procuraremos identificar as alternativas que o governo dispõe para financiar os gastos. Dentro das possibilidades de financiamento, o governo poderá dispor de quatro fontes de financiamento: emissão de moeda, lançamento de títulos públicos, empréstimos bancários (interno e externo) e tributação. Dadas essas alternativas, se implementadas, financiará os gastos do governo, mas provocará diferentes efeitos sobre a economia do país. De qualquer forma a experiência demonstra que a tributação é a principal fonte de financiamento dos gastos públicos. Sendo assim, serão tratados neste estudo apenas os efeitos e as características dos mecanismos de tributação e os efeitos diretos e indiretos nos diversos segmentos da sociedade.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA TRIBUTAÇÃO

Neste item, serão apresentados alguns conceitos sobre tributação e os princípios que estrutura o sistema tributário.

Conceitos de tributação

A tributação é uma ferramenta pela qual o governo tenta obter recursos da sociedade para satisfazer às demandas especificas da população que de outra forma não seria possível o seu financiamento, que normalmente requer volumosos montantes.

O sistema tributário desenvolve diferentes funções, dependendo dos objetivos a serem alcançados e de determinadas situações. Independentemente das situações e ou alterações que possam ser feitas, o sistema tributário continua sendo o principal instrumento de política fiscal do governo.

Existem várias análises que apontam diferentes maneiras de como deveria funcionar o sistema de tributação e que objetivos ele deveria tentar alcançar. Dessa forma, espera-se que o sistema tributário acompanhe quatros pontos básico: receitas para financiamento dos gastos públicos; individualização dos impostos, conforme sua habilidade de pagamento; universalidade dos tributos, sem distinção a indivíduos em situações semelhante; a escolha dos tipos de tributos deveriam minimizar as interferências no sistema de mercado.

Princípios da tributação

A ideia de princípio da tributação está vinculada a conceito de justiça, ou seja, o tributo deveria ser o mais justo possível. Porém, o conceito de justiça não é fácil de determinar. Com o intuito que aproximar o sistema dentro daquilo que posse ser considerado mais justo, a análise da aplicação da tributação baseia-se no principio dos benefícios e no principio da habilidade de pagamento.

Principio do benefício[1]

O princípio do benefício estabelece que o cidadão pague tributos de acordo com total de benefícios que recebe. Dessa forma, quanto maior o total de benefícios, maior será a contribuição. Sendo assim, os mais pobres deveriam pagar mais impostos, pois recebem mais bens e serviços por parte do governo.

Princípios da habilidade de pagamento

O princípio da habilidade de pagamento procura distribuir o ônus da tributação entre os indivíduos na sociedade de acordo com sua habilidade de pagamento, medida usualmente pelo nível de renda. Esse princípio apresenta duas vantagens: 1) permite que os bens e serviços sejam oferecidos a sociedade sem que haja discriminação ou exclusão, entre os indivíduos; 2) demonstra ser um princípio mais justo, pois o dispêndio individual é feito conforme a habilidade ou capacidade de pagamento de cada um. Um exemplo típico da aplicação do princípio da habilidade ou capacidade de pagamento é o imposto de renda. Quanto maior a faixa salarial maior a alíquota incidente sobre a renda.

O princípio da habilidade de pagamento é de fácil entendimento do que o princípio do benefício concedido pelo Estado, haja vista que a própria renda, o consumo e o patrimônio são os parâmetros utilizados pelo Estado para a imposição da sua atividade de tributação.

CATEGORIAS DE TRIBUTAÇÃO[2]

As categorias de tributação dependendo da forma como ela é imposta, a tributação afetará vários setores da economia, bem com indivíduos e empresas que serão cobrados de acordo com a renda dos indivíduos, as propriedades, a riqueza, os lucros empresariais, os salários e a produção e consumo de bens e serviços.

Tributos diretos e indiretos

Os tributos diretos e indiretos incidem de forma diferenciada na sociedade. O primeiro, tributo direto, taxa os rendimentos, rendas e riquezas do individuo, já o segundo, tributo indireto é cobrado normalmente no preço final dos bens e serviços comprados pelos indivíduos.

---

1 Faça uma leitura para conhecer mais sobre o Princípio do Benefício no artigo: PRINCÍPIO DO BENEFÍCIO COMO CRITÉRIO DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA: AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES, de Leonel Cesarino Pessôa. Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/leonel_cesarino_pessoa.pdf. Acesso 02/05/2013

2 A leitura desse artigo proporcionará uma visão ampla e histórica sobre as Categorias de Tributação: Composição dos Gastos e Tributos versus Crescimento Econômico no Brasil, Maurício Nakahodo. Disponível: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12584/000631064.pdf?sequence=1. Acesso: 03/05/2013

SISTEMAS DE TRIBUTAÇÃO

Com base no do sistema de tributação podemos encontrar três modalidade de impostos que incidem nas diversas camadas da sociedade: proporcional, progressivo e regressivo.

Sistema proporcional

O sistema proporcional tem com parâmetro a cobrança da mesma alíquota do tributo para os diferentes níveis de renda. Considera-se que o imposto é proporcional quando o percentual de imposto a ser pago é o mesmo para as distintas classes de renda. A tabela 3.1 mostra a aplicação do sistema proporcional e seus efeitos nas diversas classes sociais.

Classes de renda	Renda bruta	Alíquota	Total do imposto	Renda líquida	Renda antes do imposto (%)	Renda depois do imposto (%)	Renda bruta acumulada (%)	Renda líquida acumulada (%)
A	1.000	10	100	900	10	10	10	*10*
B	2.000	10	200	1.800	20	20	30	*30*
C	3.000	10	300	2.700	30	30	60	*60*
D	4.000	10	400	3.600	40	40	100	*100*
Total	10.000		1.000	9.000	100	100		

Tabela 3.1 - Sistema proporcional

Fonte: Riani, 2013.

Sistema progressivo

No sistema progressivo os maiores percentuais da tributação incidem nas camadas da sociedade com uma maior renda. A tabela 3.2 apresenta o impacto da aplicação do sistema progressivo sobre a distribuição da renda na sociedade.

Classes de renda	Renda bruta	Alíquota	Total do imposto	Renda líquida	Renda antes do imposto (%)	Renda depois do imposto (%)	Renda bruta acumulada (%)	Renda líquida acumulada (%)
A	1.000	10	100	900	10	12,8	10	12,8
B	2.000	20	400	1.600	20	22,8	30	35,6
C	3.000	30	900	2.100	30	30,0	60	65,6
D	4.000	40	1.600	2.400	40	34,4	100	100,0
Total	10.000		3.000	7.000	100	100,0		

Tabela 3.2 - Sistema progressivo

Fonte: Riani, 2013.

Sistema regressivo

O sistema regressivo tem como característica básica a capacidade de tributar as camadas de baixa renda, fazendo com que elas suportem uma carga tributaria maior, ou seja, quanto menor a renda maior o percentual de imposto a ser pago. A tabela 3.3 apresenta o mecanismo e os efeitos da aplicação do sistema regressivo de tributação.

Classes de renda	Renda bruta	Alíquota	Total do imposto	Renda líquida	Renda antes do imposto (%)	Renda depois do imposto (%)	Renda bruta acumulada (%)	Renda líquida acumulada (%)
A	1.000	40	400	600	10	7,5	10	7,5
B	2.000	30	600	1.400	20	17,5	30	25,0
C	3.000	20	600	2.400	30	30,0	60	55,0
D	4.000	10	400	3.600	40	45,0	100	100,0
Total	10.000		2.000	8.000				

Tabela 3.3 - Sistema regressivo

Fonte: Riani, 2013.

Efeitos da aplicação dos sistemas de tributação

Nos três sistemas apresentados mostram que os contribuintes de alta renda pagam mais impostos. A participação dos contribuintes de alto poder aquisitivos é mais significativo do que os valores absolutos que eles pagam. Dessa forma, o peso relativo do tributo dependerá do sistema em vigor. Da análise dos três caso podemos destacar: a) no sistema proporcional, o percentual do imposto a ser pago permanece inalterado independentemente do nível de renda e que não tem nenhum efeito na distribuição da renda na sociedade; b) no sistema progressivo, o percentual do imposto a ser pago aumenta com o aumento da renda, tornando a distribuição da renda menos desigual após sua aplicação; c) no sistema regressivo, o percentual do imposto a ser pago diminui com o aumento da renda e que a distribuição da renda na sociedade se concentra nas classes de alta renda.

EFEITOS DE UM IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE A DEMANDA [3]

Para que não ocorram distorções no mercado o ideal era que o sistema tributário interferisse o mínimo possível. Dessa forma, o imposto sobre a renda apresenta ser

3 Para conhecer um modelo e suas aplicações na economia leia o artigo “Avaliando os impactos de políticas tributárias sobre a economia brasileira com base em um modelo de equilíbrio geral de gerações sobrepostas" dos autores: Carlos Renato Salamil e Adelar FochezattoII, 2009. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402009000300006&script=sci_arttext. Acesso: 09/05/2013

socialmente mais justo e evita problemas na economia.

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO PARCIAL DA TRIBUTAÇÃO

Os mecanismos da tributação comprometem grande parte da economia. Dependendo da forma com é utilizado pode alterar o padrão do consumo, preços, bens e serviços disponível no mercado. O equilíbrio parcial não considera os efeitos da tributação sobre a estabilização, ou seja, ela se preocupa com os efeitos tributários sobre as funções de alocação e de distribuição. A função de alocação dos recursos, atua paralelamente ao setor produtivo, com o objetivo o estabelecimento da produção ótima dos bens e serviços, de modo a satisfazer às necessidades da sociedade e melhorar a qualidade de vida da população (RIANI, 2013).

Tributação sobre o produto

Neste ponto analisaremos os efeitos de determinados tributos no equilíbrio dos mercados competitivo e monopolístico (RIANI, 2013). Para tanto, devemos entender como os mercados competitivos são caracterizados: a) por vários vendedores e compradores, onde nenhum deles, por si só, tem controle sobre o preço; b)nesse mercado existe a livre competição e não existem barreiras à entrada ou à saída de outros agentes econômicos; c) o preço é determinado pelas quantidades ofertadas e demandadas de bens ou serviços; d) e a firma aufere lucro máximo quando o preço for igual ao custo marginal de produção. Assim sendo, de acordo com a abordagem neoclássica, o bem-estar da sociedade é máximo e ocorre uma eficiência alocativa, pois se produz a quantidade cujo preço é igual ao custo marginal de produção. No mercado monopolístico temos como características os custos decrescentes na medida em que se aumenta a escala de produção. Exemplos típicos desses mercados são os transportes ferroviários e as linhas de transmissão de energia elétrica. Nessas atividades o alto valor de custo fixo desestimula a entrada de novos competidores. Além disso, mais de uma firma atuando ocasiona alto valor unitário de produção, sendo economicamente vantajoso que a produção seja feita por uma única firma.

Tributação nos mercados competitivos

A análise dos efeitos da tributação sobre os bens e serviços no mercado competitivo com base a aplicação do imposto unitário e *ad valorem.* O tributo unitário tem como característica a incidência sobre cada unidade de produto, ou seja, é fixado um taxa de imposto a ser pago, correspondente a cada unidade vendida. O efeito da aplicação do imposto unitário provocará alterações nas quantidades demandas e ofertadas tanto dos

consumidores quanto dos produtores, dependendo da elasticidade da demanda e oferta. Diferentemente os tributos *ad valorem* incidem sobre o valor da operação, ou seja, são expressos por um percentual aplicado sobre o preço do produto.

Tributos sobre o monopólio

Os tributos sobre o monopólio podem ser analisados aplicando também os impostos unitários e *ad valorem* que em seus efeitos apresentam características distintas devido ao tipo de mercado. Um dos efeitos que temos com a aplicação do imposto unitário é o resultado de um menos nível de arrecadação para o governo do que a imposição de um imposto *ad valorem,* sobre as condições monopolística (RIANI, 2013).

Tributos gerais e seletivos

A regulamentação de um tributo tende a alterar a renda dos indivíduos e suas preferencias nas escolhas de bens e produtos oferecidos no mercado. Dessa forma, a tributação geral e seletiva afeta a eficiência dos recursos disponíveis.

Tributo geral

A tributação geral afeta indiscriminadamente os produtos em questão sem alterar seus preços relativos podendo ser estendido e aplicado também termos da renda do consumidor.

Tributo seletivo

O tributo seletivo, afeta apenas parte dos bens no mercado no sistema tributário atual os impostos sobre bebidas alcoólicas, fumo, perfumes/cosméticos e carros (automóveis), dentre outros, são exemplos de tributos seletivos, porquanto têm alíquotas diferenciadas.

O GOVERNO E O CONTROLE SOBRE O MONOPÓLIO

Sabemos que no mercado existem falhas que provocam distorções nas prestações de bens e serviços públicos. Com o objetivo de minimizar os efeitos das externalidades negativas provocadas pela imperfeição no mercado o governo dispõe de ferramentas de controle que leve o mercado ao equilíbrio um dos instrumentos utilizados para esse controle é a tributação. O outro instrumento utilizado é o controle de preço.

Controle por meio do preço

A politica de controle de preço utilizada pelo o governo visa fazer com que o monopolista ofereça maior quantidade de bens e serviço para os consumidores. Com a

intervenção do governo ao estabelecer um preço mínimo para bens e produtos a população poderá adquirir uma maior quantidade a um preço menor.

Controle por intermédio da tributação

A utilização da tributação é uma ferramenta que o governo pode empregar para minimizar os ganhos de escalas dos monopolistas. Dessa forma, o governo poderá fazer uso de dois tipos básicos de tributo: imposto fixo ou imposto global.

Imposto fixo

O imposto fixo ou específico é aquele que é cobrado por unidade de produto. O imposto sobre produtos industrializados (IPI) que incidente sobre bebidas e cigarros vem sendo atualmente cobrado como imposto fixo.

Imposto global

O imposto global é aquele que é cobrado sem que se avalie o volume da produção do monopolista. Com a aplicação do imposto global, haverá alteração apenas no custo médio, já que, como não depende do valor da produção, ele representa um custo fixo para o monopolista. Toda a tributação derivada do imposto global incidirá sobre o monopolista. Isso porque qualquer aumento nos preços para transferir parte do imposto provocará menores quantidades vendidas e diminuição nos lucros. Sendo assim, poderá existir tributação sobre o lucro do monopolista sem que houvesse alteração no preço e na quantidade produzida (RIANI, 2013).

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DO GOVERNO

Independentemente dos diferentes tipos de impostos cobrados, a estrutura de receita do governo é registrada de forma mais ou menos padronizada. Essa padronização refere-se à forma contábil de sua apuração e à estrutura de disponibilidade de caixa. A apresentação das contas poderá sofrer pequenas variações entre países, em função dos tributos utilizados e da distribuição das fontes entre as unidades que compõem a administração do governo.

No Brasil, a demonstração contábil das receitas governamentais segue as normas estabelecidas, em 1999, em substituição à lei 4.320 (RIANI, 2013).

Estrutura contábil

A estrutura das receitas governamentais pode ser dividida em duas categorias básicas: correntes e de capital.

As receitas correntes são compostas fundamentalmente dos recursos provenientes

da cobrança dos tributos. Incluem, normalmente, as receitas tributarias própria da unidade mais as receitas tributárias originárias de transferências fiscais de outras unidades de governo. Por outro lado, as receitas de capital compreendem, na maioria das vezes, os recursos originários das operações de créditos (empréstimos) realizados pelo governo mais as alienações (vendas) de ativos e das transferências de capital recebidas de outras esferas de governo (RIANI, 2013).

Disponibilidade de caixa

A disponibilidade de caixa representa o resultado líquido das contas do governo. Eles demonstram o montante de recursos livres e disponíveis de que o governo dispõe e sobre os quais ele pode traçar prioridades em sua aplicação.

Para a apuração desse valor, é necessário fazer uma depuração dos valores arrecadados não pertencentes à unidade de governo, de seus gastos vinculados e das transferências de recursos recebidas de outras unidades de governo, ou seja:

1. Receita total (excerto operações de crédito)

   - Menos transferências a outras unidade de governo

2. Receita total efetiva

   - Gastos fixos correntes

     Pessoal

     Custeio

     Encargos da dívida, etc.

   - Gastos vinculados

3. Receita disponível

4. Investimentos

5. Operações de crédito (se 3<4)

Pelo modelo acima, a receita disponível estaria representando o valor da disponibilidade de caixa da unidade de governo. Se ela não for suficiente para atender a outros gastos, inclusive com investimentos, uma das alternativas seria recorrer às operações de crédito (RIANI, 2013).

COMENTÁRIOS FINAIS

Apresentamos algumas teorias e os principais aspectos relacionados ao sistema tributário. Destacamos como o mecanismo de tributação pode ser utilizado para melhorar o

bem estar da sociedade tornando o mercado mais eficiente e mais justo. Porém, tudo isso dependerá das condições politicas, econômicas e sociais que afeta o sistema tributário e os diversos segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

SALAMI, R. Carlos; FOCHEZATTO, A. **Avaliando os Impactos de Políticas Tributárias sobre a Economia Brasileira com Base em um Modelo de Equilíbrio Geral de Gerações Sobrepostas.** RBE Rio de Janeiro v. 63 n. 3 / p. 299–314 Jul-Set 2009. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/rbe/v63n3/06.pdf. Acesso: 24/05/2013.

NAKAODO, M. **Composição dos Gastos e Tributação versus Crescimento Econômico no Brasil**. Universidade do Rio Grande do Sul, Departamento de Economia, Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado p. 12-32. Disponível: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12584/000631064.pdf?sequence=1. Acesso: 24/05/2013.

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem Introdutória. 5° edição, Rio de Janeiro: LCT, 2013.

SALAMI, R. Carlos; FOCHEZATTO, A. **Avaliando os Impactos de Políticas Tributárias sobre a Economia Brasileira com Base em um Modelo de Equilíbrio Geral de Gerações Sobrepostas.** RBE Rio de Janeiro v. 63 n. 3 / p. 299–314 Jul-Set 2009. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/rbe/v63n3/06.pdf. Acesso: 24/05/2013.

NAKAODO, M. **Composição dos Gastos e Tributação versus Crescimento Econômico no Brasil**. Universidade do Rio Grande do Sul, Departamento de Economia, Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado p. 12-32. Disponível: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12584/000631064.pdf?sequence=1. Acesso: 24/05/2013.

POLÍTICA FISCAL - ANÁLISE DOS AGREGADOS

INTRODUÇÃO

Nos módulos anteriores, procuramos analisar os motivos da intervenção do governo na econômica e na sociedade. Analisamos os instrumentos fiscais utilizados pelo o governo para alcançar os objetivos de sua intervenção. Porém, as análises foram feita de forma isolada, não avaliando os efeitos no campo macroeconômico. Dessa forma, pretendemos nesta parte do estudo da economia do setor público, analisar os impactos provocados ao nível macroeconômico, sobretudo a renda e quando o governo alterna o plano dos gastos e de receitas.

Antes de continuarmos o nosso estudo vamos apresenta uma definição de política fiscal e a sua área de atuação:

“A política orçamental ou política fiscal é um ramo da política econômica que define o orçamento e seus componentes, os gastos públicos e impostos como variáveis de controle para garantir e manter a estabilidade econômica, amortecendo as flutuações dos ciclos econômicos e ajudando a manter uma economia crescente, o pleno emprego e a inflação baixa.

A atividade financeira que o Estado desempenha nas sociedades modernas, está dividida em três funções básicas: função de alocação de recursos; função redistributiva; e papel de estabilizador econômico. Na alocação de recursos, o Estado fornece bens que, sobre certas circunstâncias, o mercado não fornece de forma eficiente. O papel redistributivo do Estado tenta conciliares as diferenças que ocorrem entre a distribuição da riqueza, e o que o sistema de mercado e a sociedade consideram como equitativamente justo, envolvendo conceitos éticos, políticos e econômicos. A função de estabilização, onde a política orçamental está enquadrada, o Estado tenta obter a estabilidade do sistema financeiro, evitando desequilíbrios e trazendo os ajustes necessários na demanda agregada, e em cada caso, controlando a inflação ou reduzindo o desemprego. ”[1]

A INTRODUÇÃO DO SETOR GOVERNO

O modelo clássico tem como fundamento o perfeito funcionamento do sistema de mercado, ou seja, o equilíbrio de mercado. Sendo assim, ocorrerá o exato fluxo de bens e serviços e de moeda, que resultará na formação do produto nacional e da renda nacional composto por: famílias e empresas.

Ainda dentro do arcabouço teórico da escola clássica, foi questionado o perfeito equilíbrio das forças de mercados (oferta e demanda) no que se refere aos fluxos de bens e serviços e de moeda. Argumentava-se que parte da renda gerada poderia não ser totalmente direcionada ao consumo nem à poupança. Entretanto, veio a contra argumentação de

1 Disponível: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_or%C3%A7amental. Acesso: 09/06/13

que, mesmo assim, a economia se equilibraria, na medida em que os recursos financeiros poupados equivaleriam ao valor de investimento realizados. Neste caso, considerando dois setores teríamos:

$$C + I = Y = C + S$$

onde Y representa a renda ou o produto nacional, I representa o investimento, C representa o consumo e a poupança é definida por S. Assim, teríamos um novo fluxo de renda na economia composto por: setor financeiro, famílias e empresas.

Com esse modelo, pressupunha-se que a taxa de juros seria o fator determinante do equilíbrio no mercado financeiro. Assim, a uma taxa de juros determinada, os investimentos igualar-se-iam à poupança e o equilíbrio seria determinado como: $I = P$, onde I é investimento e P representa poupança.

Para Keynes[2], não seria possível que somente as taxas de juros completassem todos os requisitos clássicos de equilíbrio. Segundo ele, alguns problemas poderiam surgir se houvesse desigualdade entre poupança e investimento. Isso poderia ocorrer de duas formas:

- Se $S > I$, haveria diminuição no fluxo entre o setor financeiro, famílias e empresas. Como consequência, haveria redução da quantidade de bens e serviços para um nível no qual alguns fatores de produção não seriam utilizados. Caso um desses fatores não fosse aproveitado na produção com, por exemplo, a mão-de-obra, a economia estaria gerando desemprego.

- Se $I > S$, haveria aumento do fluxo circular entre, setor financeiro, famílias e empresas. Como consequência, ocorreria a utilização dos recursos não empregados com aumento reais em termos de produção. Porém, quando a economia alcançar o pleno emprego, não seriam possíveis aumentos reais na produção.

Segundo Keynes, essas duas situações poderiam, isoladamente, dificultar o pleno emprego na economia. Se houvesse um fluxo circular limitado, seu volume poderia ser alterado, disponibilizando mais recursos na economia. Dessa forma, era necessário

2 A escola Keynesiana ou Keynesianismo é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money)1 e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.A escola keynesiana se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é autorregulado como pensam os neoclássicos, uma vez que é determinado pelo "espírito animal" (animal spirit no original em inglês) dos empresários. É por esse motivo, e pela incapacidade do sistema capitalista conseguir empregar todos os que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia. A teoria atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário mínimo, do seguro-desemprego, da redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e a assistência médica gratuita. O Keynesianismo ficou conhecido também como "Estado de bem-estar social", ou "Estado Escandinavo". Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_keynesiana. Acesso: 04/06/2013.

estimular o investimento ao invés da poupança. E para alcançar esse objetivo teríamos algumas alternativas:

- os investimentos poderiam se estimulados por políticas apropriadas de tributos, concedendo isenções e incentivos a novos investimentos.
- a poupança poderia de desencorajada em detrimento de incentivos ao consumo, via redução de impostos sobre bens e serviços.
- em períodos de crise, os empresários cautelosos em expandir suas atividades ou mesmo fazer novos investimentos. Assim, para que a economia volte ao um novo crescimento terá que haver interferência no processo.

Uma vez admitida à utilização de isenções, incentivos e tributos como forma de alterar o padrão de comportamento da economia, está-se, implicitamente, considerando a intervenção do governo nesse processo.

Com a participação do governo, tem-se que a economia passa a ser formada por quatro setores:

- Famílias: consomem; poupam; pagam tributos.
- Empresas: pagam tributos; poupam; pagam os fatores de produção.
- Governo: arrecada tributos; faz pagamentos ao setor privado; transfere recursos.
- Financeiro: arrecada a poupança; pagam tributos; faz empréstimos (investimentos).

O governo tem o controle direto sobre o nível de tributação e dos gastos públicos. A manipulação dos tributos e dos gastos pelo o governo para regular as atividades econômicas é conhecida como política fiscal.

POLÍTICA FISCAL

O governo pode expandir sua demanda agregada em qualquer época, para tanto é preciso aumentar o montante de recurso monetários no setor privado por meio de compras de bens e serviços ou diminuir a quantidade de moeda via tributação. De forma análoga, o governo pode reduzir sua demanda agregada diminuindo os gastos com bens e serviços adquiridos do setor privado ou aumentando o nível da tributação, o que provoca um efeito similar sobre o setor privado (RIANI, 2013).

Os efeitos dos gastos públicos e da tributação dependem de quanto é injetado ou retirado da economia. Uma vez que o nível de renda depende da economia depende da demanda agregada, o governo pode, aumentar ou diminuir o nível de renda por meio de

política fiscal. Assim, a política fiscal apresenta ser o mais importante instrumento de política do governo. Ela opera de forma a manter um nível tolerável de estabilização econômica e de emprego (RIANI, 2013).

A política fiscal influência também o ritmo do crescimento econômico, a distribuição de renda, o emprego, investimentos, etc. A nossa análise que será desenvolvida sobre a política fiscal abordará os impactos sobre o produto e o nível de renda da economia no pleno emprego.

A política fiscal atua como uma força contraria para controlar o nível de renda. Assim, a política fiscal do governo atua na seguinte base:

a. se há necessidade de expandir a renda, existe três alternativas de uso da política fiscal para alcançar esse objetivo, que são:

   - aumentar os gastos públicos do governo;

   - diminuir os tributos;

   - usar as duas políticas ao mesmo tempo.

a. num período de pressão inflacionaria há necessidade de contrair a renda. Neste caso, as alternativas de uso da política fiscal são:

   - diminuir os gastos do governo;

   - aumentar os tributos;

   - usar as duas políticas ao mesmo tempo.

A utilização de qualquer dessas alternativas provoca efeitos sobre o nível de renda da economia. Na parte seguinte, serão analisados os efeitos expansionista e/ou recessivo dos gastos governamentais e dos tributos. O objetivo será mostrar os relacionamentos existentes entre os gastos públicos e o nível de renda da economia.

Antes de entrar nas análises dessas alternativas dos modelos de políticas fiscal, deve-se assumir que existem apenas dois setores da economia aos quais serão acrescentadas as compras do governo (G) e as receitas tributárias (T).

Modelos de política fiscal

Neste subitem serão analisados três modelos básicos da política fiscal. O primeiro modelo considera apenas os tributos e os gastos do governo, o segundo inclui também as transferências, e o terceiro associa o nível da tributação com o nível da renda.

Modelo fiscal que inclui os tributos e as compras do governo[3]

Nesta análise, são adicionados ao modelo dos dois setores os tributos (T) e as compras do governo (G). Assim, tem-se que:

$$C + S + T = Y = C + I + C$$

Onde; Y – renda ou produtos nacional

S – poupança

I – investimento

S + (T –G) – total da poupança em que T – G representa a poupança do governo.

Renda disponível : Yd = Y – T

Função consumo: C = Co + c(Y – T) ou C = Co + cYd

Onde c é a propensão marginal a consumir.

Com essa função consumo, assumindo que o nível de investimento seja autônomo e que o montante dos gastos públicos e dos tributos sejam fixos, por determinado período de tempo, o equilíbrio da renda é dado por:

$$Y = Co + c(Y - T) + I + G$$

Supondo que, em determinado momento, a propensão marginal a consumir (c) seja igual a ¾, que Co = 200, que investimento seja 200 e que não haja gastos governamentais nem tributos, o nível de renda de equilíbrio seria:

$$Y = Co + c(Y - T) + I + G$$

$$Y = 200 + \tfrac{3}{4}(Y - 0) + 200 + 0$$

$$Y = 200 + \tfrac{3}{4}Y + 200$$

$$Y - \tfrac{3}{4}Y = 400$$

$$Y = (1 - \tfrac{3}{4}) = 400$$

$$Y = 400/ \tfrac{1}{4}$$

$$Y = 1.600$$

3 Riani (2011)

Modelo fiscal que inclui as tributações brutas, os gastos do governo e as transferências de pagamentos[4]

O que diferencia esse modelo do anterior é que agora será considerada, na análise, a tributação bruta, bem como as transferências governamentais.

A receita bruta líquida T será obtida subtraindo-se as transferências do total das receitas brutas, ou seja, T = Tb – Tr. Nesse caso, observe-se que, na realidade, Tr representa um tributo negativo, no sentido de que é uma parcela da tributação bruta que é devolvida à sociedade via transferências e pagamento de juros. Assim, com essas novas variáveis, a identidade do produto e da renda nacional passa a ser:

$$C + S + Tb - Tr = Y = C + I + G$$

Com isso, a renda disponível é dada por:

$$Yd = Y - (Tb - Tr)$$

ou

$$Yd = Y - Tb + Tr$$

A função consumo passa para:

$$C = Co + c(Y - Tb + Tr)$$

Finalmente, a equação do equilíbrio geral é dada por:

$$Y = Co + c(Y - Tb + Tr) + I + G$$

Modelo fiscal que inclui a tributação bruta como função da renda, os gastos do governo e as transferências[5]

Nesse modelo, assume-se que o volume da tributação varia de acordo com o nível da renda. Assumindo que as receitas dos tributos são lineares em relação à renda, tem-se que:

$$Tb = Ta - ty$$

Onde t representa a propensão marginal a tributar. Para tornar a análise mais simples, assume-se que Tr é independente da renda.

$$Tb = Ta - ty$$

ou

$$T = Ta + ty - Tr$$

Com isso, a equação de identidade do produto da renda é dada por:

$$C + S + Ta + ty - Tr = Y = C + I + G$$

A renda disponível dada por:

4 Riani (2011)
5 Riani (2011)

$$Yd = Y - (Ta + ty) + Tr$$

Ou

$$Yd = Y - Ta - ty + Tr$$

A função consumo é dada por:

$$C = Co + c(Y - Ta - ty + Tr)$$

Modelo fiscal no pleno emprego[6]

Um dos maiores problemas dos governos é a geração de postos de trabalho, nesse sentido podemos usar as politicas fiscais para promover determinado nível de pleno emprego da renda e do produto. Para tanto, tomar-se-á como base a equação de equilíbrio da renda dada por:

$$Y = Co + c(Y - Ta - ty + Tr) + I + G$$

COMETÁRIOS FINAIS

Tivemos como preocupação analisar os efeitos que as variações dos gastos públicos, da carga tributária e das transferências governamentais provocam sobre o nível de renda da economia. De forma geral, podemos dizer que a elevação nos gastos públicos provoca uma elevação no nível de renda, mas nem sempre isso é verdadeiro vai depende do tipo de despesa. Apesar disso, os gastos e os tributos desempenham um papel muito importante da a sociedade. Com uma combinação eficiente desses ferramentas, o governo poderá elevar o nível de atividade econômica do país que se refletirá no nível de renda, emprego, de consumo, de investimentos, e na própria renda nacional.

REFERÊNCIAS

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: Uma abordagem Introdutória.** 5° edição, Rio de Janeiro: LCT, 2013.

6 Riani (2011).

A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

De acordo com Fernando Rezende da Silva (2006), as receitas tributárias e a poupança interna têm se apresentado insuficientes em diversos países, desta maneira a poupança externa na forma de empréstimos tem aumentado o total da dívida. Considerado que *a dívida pública* (interna e externa) resulta de empréstimos, ou seja, é um produto das operações de crédito e, assim se trata de antecipações de receita orçamentária. Esses avanços prematuros de passivos aprofundam o desequilíbrio das contas públicas por meio do financiamento de obras e serviços. Portanto, os empréstimos precisam de uma base legal para a sua operacionalização, para que o executivo e legislativo liberem os recursos públicos (CALDEIRA et al., 2016).

Em conformidade com Caldeira, Hilberto, Moreira e Serrano (2016) fundamentação legal primordial que que discorre sobre a dívida pública é a Constituição Federal de 1988 (CF88) e as leis que estão sujeitas a Constituição Cidadã, que são: (a) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, "que precisou conceitos de dívida (flutuante, consolidada e mobiliária)[1], operação de crédito, concessão de garantia, e o refinanciamento da dívida mobiliária e intenta perseguir a rigidez fiscal" (BRASIL, 2000; FEIO, 2021); (b) a lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, que definiu os critérios para a "consolidação, assunção, refinanciamento (pela União) da dívida pública mobiliária, bem como outras que especificam em seu texto que os débitos compõem as obrigação dos estados e do Distrito Federal" (BRASIL, 1997; FEIO, 2021); (c) "a resolução do Senado Federal n.º 40, de 2001, que dispõe sobre os limites globais para a monta da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (BRASIL, 2001; FEIO, 2021); a partir da (d) "resolução n.º 43 de 2001 foi possível regular as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como a concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e suas providências" (BRASIL, 2001; FEIO, 2021).

A LRF instituiu normas de finanças públicas preocupadas com a responsabilização dos gestores envolvidos recorrendo ao controle e limitação do endividamento das unidades federativas (e todos os seus entes municipais). O referido contingenciamento inclui a exigência de que o ente que passou dos limites, em um quadrimestre, alcance um resultado primário que mantenha a dívida no limite (CALDEIRA; HILBERTO; MOREIRA; SERRANO, 2016; FEIO, 2021). A lei 9.496/1997 vinculou o novo acordo da dívida com a definição por parte dos estados de programas de restruturação e de ajuste nas finanças pública. Haja vista que a referida lei (Lei n.º 9.496/1997) viabilizou "novos (re) financiamentos com

---

1 De acordo com os artigos 92 e 98 da lei 4.320/64, e o artigo 115 do decreto 93.872/1986 a dívida pública pode ser classificada pelo prazo de amortização (ou resgate) em flutuante e fundada, ou seja, a flutuante é de curto prazo, isto significa que o período de resgate não ultrapassa os 12 meses, já a dívida fundada ou *consolidada* é aquela no qual o prazo de resgate ultrapassa os 12 meses (BRASIL, 2000).
O artigo 29, inciso 2º, da LRF defini dívida pública mobiliária como títulos emitidos pela união, pelo Banco Central do Brasil, Estados e Municípios (BRASIL, 2000).

prazos mais longos, de até 30 anos, para pagamento, prestações mensais e consecutivas, com atualização monetária com base no Índice Geral de Preços (IGP)" - (BRASIL, 1997; FEIO, 2021). A Resolução no 40/2001 circunscreveu os limites globais para as dívidas (consolidada e mobiliária) de todas as esferas governamentais, restringindo a dívida consolidada líquida em duas vezes o montante da receita correntes líquida (RCL) de cada ente (BRASIL, 2001). A Resolução no 43/2001 que trata das operações de crédito interno e externo de todos os níveis de governo consubstanciando que o limite para o montante global das operações de crédito dos estados e do Distrito Federal executadas em um exercício financeiro restringir-se-á ao limite máximo de 16% da RCL. À vista disso, os limites, controle e soluções para o endividamento por meio dos parâmetros legais que surgiram a partir do ano 2000 serviram para dar um novo prisma para o reequilíbrio das finanças públicas no Brasil (BRASIL, 2001; FEIO, 2021).

Doravante 1990, o contrato de refinanciamento das dívidas estaduais obstaculizou que os referidos entes emitissem dívida mobiliária como forma de aumentar receitas para compensar as despesas obrigatórias (MERCÊS; FREIRE, 2017; FEIO, 2021). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publica as estatísticas do Governo Central no relatório conhecido como Resultado do Tesouro Nacional baseado na metodologia que calcula a diferença entre receitas e despesas conhecido como *"Acima da Linha"*. Este instrumento de política fiscal compõe o aparato estatístico mais geral para analisar indicadores macroeconômicos que estimam receitas (R) e despesas (D) tencionando dar subsídios para a elaboração e execução do orçamento, assim como o mais empregado na tomada de decisões no que diz respeito às políticas públicas (STN, 2019; FEIO, 2021).

O método *"Abaixo da Linha"* é empregado para analisar os motivos pelos quais o Governo Central se endivida e continua se endividando. O supracitado critério tem relação com a aplicação da metodologia *"Acima da Linha"*, que considera a diferença entre receitas e despesas, e acresce a isso o comportamento da dívida pública ao longo do tempo. Em outros termos, a estatística do critério *"Abaixo da Linha"* inclui em sua composição o estoque da dívida líquida, o que compreende todas os financiamentos de origem interno ou externo. O Banco Central do Brasil (BCB) publica periodicamente do critério *"Abaixo da Linha"* tencionando a averiguação de que os entes governamentais estão perseguindo as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). À vista disso o governo pode averiguar a composição, natureza e comportamento dos seus déficits ao longo de determinados períodos, e corrigir os desequilíbrios orçamentários utilizando as formas necessárias para satisfazer as demandas sociais por bens e serviços (STN, 2019; FEIO, 2021).

O procedimento de análise *"Acima da Linha"* é tão relevante quanto o "Abaixo da Linha" com vista a averiguação do comportamento da dívida pública. Tendo em vista que a primeira metodologia inicia a sua análise a partir de uma condição de equilíbrio entre

Receita e Despesa - Receita corrente (RC) = Despesa corrente (DC) – e posteriormente considera que os cenários que afetam o equilíbrio poderão ser em decorrência de um efeito positivo (ou um efeito negativo) no aumento das receitas (ou diminuição das despesas). Considerando que a equação supracitada poderá resultar nos produtos positivo ou negativo possíveis no setor público, assim o resultado negativo é denominado *déficit* quando a despesa pública é superior à receita pública (D>R), enquanto que o resultado positivo é chamado de *superávit*, ou seja, quando a despesa pública é menor do que a receita (D<R). O fato é que na reunião das duas metodologias é possível estudar a trajetória da dívida, tendo em vista que o seu montante em um determinado período de tempo *(a dívida é uma variável estoque)* é resultado de um conjunto de *déficits (variável fluxo).* Dessarte é possível contextualizar melhor os motivos que levaram aos *déficits* utilizando os dois critérios. Isto posto, o efeito negativo do desequilíbrio entre receitas e despesas poderá ser resultado de alguma anormalidade no aumento das despesas ou retração das receitas. O critério "*abaixo da linha"* avalia a totalidade da dívida pública tanto no que tange a dívida interna como externa. A primeira metodologia serve explicar a situação fiscal sem a dependência de qualquer tipo de financiamento, enquanto que a segunda metodologia a analisa a causa, natureza e composição do endividamento (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008; FEIO, 2021).

Um conceito muito importante de ser internalizado é o de resultado do setor público, que é classificado em resultado nominal (ResNom), resultado operacional (ResOpe) e resultado primário (ResPri). O conceito de resultado nominal é composto pela diferença entre as receitas e despesas do governo incluindo as receitas financeiras (que inclui o pagamento do principal e dos juros da dívida) e não-financeiras. Vale frisar que o referido conceito não levar em conta a variação da inflação (ΔInF) e a variação cambial (ΔCamB) o seu resultado pode mostrar determinados ruídos. Destaca-se que o resultado operacional é o resultado nominal considerando o fenômeno da inflação (ΔInf) e da variação cambial pelo método da indexação dos valores monetários, ou seja, ResOpe = ResNom – ΔInf – ΔCamB. Este resultado é pouco utilizado no Brasil desde quando o governo passou a controlar a inflação e a não atrelar mais a dívida ao câmbio. O resultado primário é o resultado nominal menos o pagamento do serviço da dívida/juros (PsDiv), ou seja, ResPri = ResNom – PsDiv. Desta forma, dependendo do cenário financeiro da economia brasileira em termos de oscilações monetárias e fiscais pode-se utilizar as três formas de analisar o resultado do setor público para assim conhecer qual a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) – (BCB, 2019; FEIO, 2021).

Para Mercês e Freire (2017) os entes estatais utilizam as seguintes fontes de recursos para suprir as necessidades por bens e serviços: 1º) a receita tributária (RT) corresponde às receitas provenientes dos impostos e transferências das União; 2º) o endividamento expresso pela variação da dívida (ΔDiV); e 3º) a rolagem do pagamento da dívida retratado pelos restos a pagar (RestP). Desta maneira a equação do financiamento do Estado pode

ser expressa da seguinte maneira: R= RT + ΔDiV + RestP (MERCÊS; FREIRE, 2017).

Em conformidade com Mercês e Freire (2017) os estados empregam os seus gastos em bens e serviços (D) da seguinte maneira: a) a despesa corrente primária (DcorP), que são os gastos com pessoal e consumo - ou custeio, que se trata da terceira forma de mensuração do PIB, quer dizer, pela ótica da despesa (GIACOMONI, 2012); b) os encargos do estoque da dívida pública com amortização e juros; c) e os gastos com investimento (GasInv). Assim os gastos são representados da seguinte maneira: D = DcorP + GasInv (MERCÊS; FREIRE, 2017). Considerando a despesa pública, o endividamento e as suas relações com outras variáveis, concluir-se que o tamanho da dívida em termos absolutos refere-se ao valor do saldo devedor em um período no tempo. E em termos relativos a dívida é mensurada pela relação do referido saldo devedor no final do período e valor de uma variável econômica, como a Receita Pública ou o Produto Interno Bruto correlacionando com outras variáveis no final de um determinado período (MATIAS-PEREIRA, 2010; FEIO, 2021).

De acordo Barbosa Filho (2017) a forte crise dos anos de 2014 a 2016 foram em decorrência de várias crises de oferta e demanda ocasionadas pelos desajustes da Nova Matriz Econômica (NME). A NME compreende uma política estatal demasiadamente intervencionista que atuou por meio de: “redução da taxa de juros, e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessão de subsídios e intervenção em preços” (BARBOSA FILHO, 2017). Em um cenário típico ou ordinário da economia a política monetária aumenta a taxa Selic nos momentos de inflação alta e diminui nos momentos de redução da taxa de inflação. Entrementes, a medida tomada pela NME estava concentrada em reduzir a taxa Selic em um período de aceleração inflacionária. Este esforço artificial de controlar a inflação via controle da taxa de jutos marcou negativamente a credibilidade do BACEN (Banco Central), que foi afetado porque a taxa de inflação se manteve alta.

Ademais, de acordo com Barbosa Filho (2017) os investimentos em indústrias e empresas feita pelo BNDES são cruciais não apenas para o crescimento econômicos, mas para o desenvolvimento do país. Posto isto o governo concentra seus investimentos no setor produtivo como *“estratégia*” (ressalta-se que nem todos os investimentos do período foram adequadamente distribuídos tanto quantitativamente como qualitativamente) de aumento do crescimento da economia. Neste contexto as indústrias automotiva e naval, dentre outras, receberam numerosos subsídios e controle (proteção) dos (nos) preços.

Os elevados investimentos na Petrobras como uma *“estratégia”* para o desenvolvimento econômico também consistiram em um forte fator para a crise econômica do período de 2014 a 2016. A relevância da Petrobras na exploração, produção (pré-sal), e refino de petróleo concentrou 10% do investimento do país. Com o marco regulatório do petróleo “o sistema de concessão foi substituído pelo sistema de partilha nas áreas de pré-sal” (BARBOSA FILHO, 2017). O marco regulatório consistiu em uma estratégia para

equipar a indústria petrolífera com máquinas, e expansão de espaços físicos produtivos (para produção e armazenamento) e a criação de empresas. A participação do capital no PIB foi positiva nos anos de 2002 a 2014, mas a partir de 2015 o registro de participação e crescimento é negativo. Todavia, o elevado investimento público além de aumentar a taxa de investimento, não proporcionou o retorno financeiro necessário para produzir o crescimento da economia, por diminuir a produtividade dos fatores (PTF).

Ainda de acordo com Barbosa Filho (2017) o controle de preços da gasolina e seus derivados no mercado doméstico afetou negativamente o sistema econômico. O controle de preços fez com que a Petrobras vendesse combustível a um preço inferior ao que comprava no mercado internacional, resultando em uma perda de caixa de R$ 50 bilhões. Isto elevou a relação dívida líquida/caixa das empresas de 1 em 2010 para 4,5 em 2015, aumentando o custo de captação da empresa e, por conseguinte, maximizando o seu risco.

Segundo Barbosa Filho (2017) o controle de preços realizado pela NME impactou negativamente o setor elétrico. O "governo reduziu as tarifas de energia elétrica em 2013 elevando o consumo, em período de escassez do principal insumo da matriz energética brasileira: água" (BARBOSA FILHO, 2017). Além disso, as empresas fornecedoras de energia dos estados de São Paulo, Minas e Paraná tiveram sérios problemas de gestão. Dessa maneira a energia elétrica foi adquirida no mercado à vista a um elevado custos para as empresas geradoras de energia. Esta mudança no preço de equilíbrio caracteriza os choques de oferta, como resposta a este cenário o BACEN aumentar a taxa de juros objetivando controlar a inflação.

As contas públicas foram prejudicadas pela política intervencionista de preços implementada pelo governo, bem como pela política de incentivos ficais da NME e isso comprometeu o crescimento da economia. A partir de 2012 o risco país aumentou sobretudo em decorrência do aumento do déficit público, bem como pela concomitante ascensão da trajetória da dívida pública, ocasionada pela NME — "aumento da taxa de juros real de equilíbrio doméstico" (BARBOSA FILHO, 2017). Quer dizer, foi devido a um conjunto de medidas da NME sobre o PIB brasileiro desde 2012 que geraram a morosidade da economia em 2014. Este foram os fatores para a crise econômica do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Todo e qualquer governo é impactando em sua capacidade de honrar acordos e pagamentos quando o crescimento econômico é baixo e se encontrar diante de um problema inerente a administração da sustentabilidade da sua dívida (BARBOSA FILHO, 2017).

Em conformidade com Triches e Bertussi (2017) os anos de 1997 a 2015 tiveram um expressivo crescimento do PIB, isso proporcionou também um considerável crescimento das políticas fiscais expansionista na área de custeio e investimento. Destarte, o crescimento nos gastos do governo tem aumentado os desequilíbrios no orçamento do governo, acarretando em um aumento da dívida e da taxa de inflação. Isto foi em decorrência do

modelo de financiamento adotado pelo governo que concebia a emissão de títulos e moeda como uma solução para os problemas relativos ao endividamento. A outra solução foi a administrar a relação dívida/PIB do que tratar de outras proporções como a relação déficit/PIB, ou estabilidade, ou ainda crescimento, apenas. Haja vista que a credibilidade que os agentes econômicos tem em relação à economia e, por conseguinte, no governo, é resultado de o orçamento público estar equilibrado.

A sustentabilidade da dívida pública requer que o governo tenha a capacidade de solvência de suas obrigações em um determinado período de tempo. Considerando o contexto econômico mundial diante da capacidade doméstica de administrar a dívida pública é importante levar em conta que determinados em países, que são proeminentes no que tangem a influencia financeira, podem afetar substancialmente as economias no mundo (principalmente os países em desenvolvimento). A crise dos *subprime* (2008) sujeitaram o governo a recorrer ao aumento dos gastos por intermédio de dispêndios diretos, renúncia de tributos, aporte financeiro, bem como outras medidas. A priori as referidas medidas se mostraram positivas, todavia as incertezas associadas a elevação do gasto público decompuseram as contas governamentais aumentando a variável estoque – que é a própria dívida pública - (TRICHES; BERTUSSI, 2017).

Ainda segundo Triches e Bertussi (2017) as contas públicas ostentaram uma condição de declive do resultado primário e nominal, especialmente nos anos de 2014 a 2015, como consequência da nova matriz macroeconômica empreendida pelo governo nos anos de 2011 a 2014. A dívida sofreu um aumento de 60% em meados de 2015 chegando a 70% no mês de dezembro do referido ano. Este cenário de endividamento associado à redução da trajetória da receita e da despesa permaneceu constante, desdobrando-se em uma atividade econômica minguada e restrita.

Para Barbosa Filho (2017), como os consumidores sofreram uma restrição no seu poder aquisitivo e, por conseguinte, reduziram o seu poder de consumo, então ocorreram choques de demanda que ocasionaram a crise econômica por exaustão da NME em 2014. Os desdobramentos da referida crise e exaustão podem ser descritos da seguinte maneira: a) por causa da crise, a administração da dívida pública em 2015 se tornou desafiadora e até insustentável; e b) a política monetária se retraiu, e esta contração redundou em correção de tarifas. Em conformidade com Galle e Faro (2020) a política fiscal do governo pode fazer uso do déficit fiscal para fomentar o crescimento da economia (NANCY, MADEIRA, PEREIRA, 2020) ou para gerir os períodos de recessão econômica.
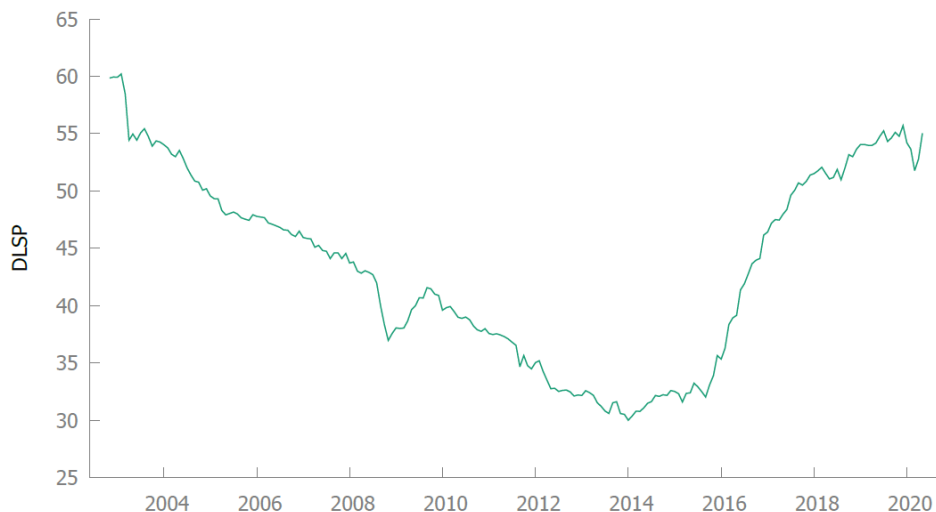
Gráfico XX - DLSP mensal em percentual do PIB de novembro de 2002 a setembro de 2020

Fonte: Bacen. Elaborado pelos autores.

A elevada taxa de juros concomitante ao débil crescimento da economia resultaram em uma trajetória instável da relação dívida/PIB nos anos de 2014 a 2017 (GALLE, FARO, 2020). Posto isto, a constante elevação da proporção dívida em relação ao PIB (dívida/PIB) exacerbou a crise nos anos de 2018 a 2020, particularmente em virtude da pandemia ocasionada pelo Covid-19 do último ano (BORGES, 2020). Em vista disso, o comportamento da dívida líquida do setor público (DLSP) em relação ao PIB apresentou um declínio desde o mês de dezembro de 2002 até o ano de 2014. Todavia, a partir do referido ano houve uma tendência ao aumento até setembro de 2020 (ver gráfico XX). Vale ressaltar que a despeito da crise nas finanças públicas no Brasil terem se sido agravadas pela pandemia, vários países no mundo já vinham sofrendo também com a crise em suas finanças públicas assim como o Brasil. Assim, a referida crise sanitária apenas se tornou em um fator que potencializou a crise econômica no mundo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. de H. **A crise econômica de 2014/2017.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BORGES, Maria Gabriela Barbosa. **Impactos da Covid-19 nas Receitas Tributárias e na Condição Financeira dos Estados do Sudeste do Brasil.** XX USP International Conference in Accounting. São Paulo, 29 a 31 de julho de 2020. Dísponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/3010.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil (BCB). **Dívida líquida e necessidade de financiamento do setor público**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/finpub/cap5p.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

CALDEIRA, A. A.; HILBERT, M. D.; MOREIRA, T. B. S.; SERRANO, A. L. M. Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 285-306, mar./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v50n2/0034-7612-rap-50-02-00285.pdf>. Acesso em 04. fev. 2021.

FEIO, Kleydson Jurandir Gonçalves Feio. **A dinâmica da dívida pública analisada por meio de testes de quebras estruturais.** Universidade de Brasília (UnB). Brasília, maio, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41794>. Acesso em: 18 set. 2021.

GALLE, Juliano Morais; FARO, Kelly Cardoso. **A estabilidade da dívida pública brasileira: análise recente e projeções.** Nexos econômicos. – PPGE/UFBA. v. 14, n.1. jan-jun. 2020. ISSN: 1516-9022. Disponível em: < https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/37581/21880>. Acesso em: 09 fev. 2021.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 16. ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2012.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana. **Finanças públicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MERCÊS, Guilherme; FREIRE, **Nayara. Crise fiscal dos Estados e o caso do Rio de Janeiro.** Geo UERJ, n. 31, p. 64-80, 2017. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32070>. Acesso em: 26 fev. 2021.

TRICHES, Divanildo; BERTUSSI, Luís Antônio Sleimann. **Multicointegração e sustentabilidade da política fiscal no brasil com o regime de quebras estruturais (1997-2015).** *Revista Brasileira de Economia*, v. 71, n. 3, p. 379–394, 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/rbe/v71n3/0034-7140-rbe-71-03-0379.pdf>. Acesso em 03.02.2021.

SOBRE OS AUTORES

CICERO PEREIRA LEAL - Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 2020), mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB, 2009), graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (2004). Servidor Público no Cargo de Gestor de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal. Professor da Faculdades Jk; professor da Faculdades Iesa (IESA); professor visitante da Faculdade da Terra de Brasília (FTB); professor colaborador da Universidade de Brasília (UnB); professor universitário da Unianhaguera (UNIANHAGUERA); professor adjunto do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB); professor da Faculdade Jesus Maria José (FAJESU); professor na Faculdade Projeção (PROJEÇÃO); professor visitante da Escola Superior de Gestão (ESG).Atua como perito do TRF1 e TJDFT. Tem experiência na área de Economia, atuando nos seguintes temas: risco ambientais, meio ambiente, prevenção do trabalho, liderança e segurança do trabalho.

JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DO NASCIMENTO - Graduado em Administração de Empresas - AEUDF Associação de Ensino Unificado do DF(1988). Especialista em Administração Financeira - ICAT Instituto de Cooperação e Assistência Técnica(1997). Mestre em Economia (2010) - UnB Universidade de Brasília. Doutorando em Ciências Sociais, (Área de Concentração: Políticas e Práticas Sociais - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Experiencia Acadêmica nas funções de professor e coordenador na graduação e pós-graduação: UniCEUB; AEUDF; Faculdade Projeção; IESB; FAJESU e UNIPLAN. Atuação como professor nas seguintes disciplinas: Administração Financeira, Gestão de Custos, Contabilidade Geral, Estatística, Introdução a Economia, Matemática Financeira, Matemática e Raciocínio Lógico, Planejamento e TGA. Consultor nos seguintes projetos: análise econômica e financeira, viabilidade de negócio, avaliação de desempenho econômico e financeiro da Faculdade Jesus Maria José e avaliação do grau de satisfação dos usuários do sistema SUS de saúde. Experiência profissional: Atuação no setor público (Ministério do Interior; Secretaria da Presidência da República e INSS). Atividade Empresarial: (Servicentro-Limpeza e Segurança e Escritório de Contabilidade). Atualmente invisto no agronégocio, Plantação de morango). Telefone para contato (61) 994024693.

KLEYDSON JURANDIR GONÇALVES FEIO - Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará (2006), e em Administração pela Faculdade UniBrasília (2020); é Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (2021) e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); é especialista Finanças e Orçamento Público pela Universidade Gama Filho (2008) e especialista em Logística Reversa(2012). Concluiu 50% dos créditos possíveis na condição de aluno especial no Mestrado em Transportes da Universidade de Brasília (2010). Foi professor temporário do Instituto Federal de Brasília (IFB) no ensino presencial, e professor-pesquisador do IFB na educação à distância (EaD). Atualmente é sócio-fundador da revista Economia em Ação e professor da Faculdade UniBrasília.

ROGÉRIO GALVÃO DE CARVALHO - Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais na UCES de Buenos Aires, Mestre em Economia pela Universidade Católica de Brasília UCB (2015), Especialista em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá FACITEC (2011), Bacharel em Economia pelo Centro

Universitário de Brasília CEUB (1999). Gestor da Carreira de Políticas Públicas do Distrito Federal, na especialidade de Economista (licenciado). Foi professor titular das Cadeiras de Economia, na Faculdade JK (campus asa norte, Gama e Guará), professor da disciplina Economia no Centro Universitário Projeção e professor de Economia do GranCurso Online. Também foi Economista, concursado Correios - ECT, na Divisão de Inteligência do Departamento de Logística Integrada e Negócios. Atualmente Pesquisador da FINATEC/UnB Desenvolvimento Regional, Governo e Pós-Pandemia. Professor Substituto de Economia IFB https://www.ifb.edu.br/brasilia/27792-ifb-campus-brasilia-convoca-professor-substituto-de-economia.

Ano 2022

DESCOMPLICANDO

a economia do setor público

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2022

DESCOMPLICANDO

a economia do setor público

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br